

Acção Socialista



N.º 1305 13 Maio 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Sócrates em Coimbra

“A reforma laboral é uma das propostas mais importantes para a modernização de Portugal”



A reforma laboral, e a forma como está ser desenvolvida, é essencial porque combate a precariedade no emprego, favorece a adaptabilidade e dinamiza a negociação colectiva entre trabalhadores e empregadores. Os objectivos prosseguidos com a reforma do Código do Trabalho são determinantes para a modernização de Portugal.

Isto mesmo foi realçado pelo secretário-geral do PS, José

Sócrates, num plenário de militantes em Coimbra, onde acusou o PCP e BE de “sectarismo” e “facciosismo” e de pretenderem “condicionar os sindicatos”, no âmbito das negociações em sede de concertação social. A proposta de revisão do Código do Trabalho que está a ser debatida na concertação social, sublinhou ainda, “está no coração do modelo social europeu, defende os trabalhadores, o emprego e a economia do nosso país”.

pág. 20



QREN 4
Educação é a prioridade

Nó de Alcântara 10

Marco de mobilidade e desenvolvimento

Presidente da Câmara de Vinhais 16



Américo Pereira: “É nas acessibilidades onde se encontra a chave para a solução dos problemas de Vinhais”

OPINIÃO

Rui Nuno Baleiras
Miguel Freitas
Paula de Deus
Catarina Marcelino
Rosa Albernaz
Armando França
Celso Guedes de Carvalho
António Fernando Moreira
Luís Miguel Ferreira
Fernando Vasco
Carlos Zorrinho

Próxima entrevista pelos leitores do “Acção Socialista” Rui Baleiras, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

As perguntas podem ser enviadas até ao dia 23 de Maio
para accaosocialista@ps.pt



Governo assina com empresa americana parceria no âmbito do Plano Tecnológico

O Governo e a multinacional norte-americana Cisco assinaram um acordo destinado a formar 10 mil portugueses em tecnologias, Internet e gestão de redes até 2011, o qual foi subscrito no âmbito do Plano Tecnológico.

O GOVERNO português e a Cisco estabeleceram um memorando de entendimento, comprometendo-se a colaborar na elaboração de um conjunto de acções tendentes a formar em novas tecnologias de comunicação uma dezena de milhar de novos trabalhadores, iniciativa que se desenvolverá no âmbito do Plano Tecnológico.

A cerimónia de assinatura deste protocolo decorreu no centro de operações e sede da empresa para a Europa, em Oeiras, no Lagoas Park e contou com a presença do primeiro-ministro, José Sócrates.

Depois de uma pesquisa e de um estudo aprofundado do mercado, a empresa norte-americana optou por localizar em Portugal a sua unidade operacional, descartando a possibilidade de a fixar quer na Irlanda, quer na Holanda, dois dos países europeus que se mostraram interessados neste investimento da Cisco.

Congratulando-se com a escolha, José Sócrates referiu que este investimento significa em primeiro lugar “confiança na qualidade das infra-estruturas de comunicação, dos recursos humanos e na competência

dos engenheiros portugueses”, mas também um “forte sinal de confiança” na economia nacional.

Para Sócrates, a decisão da Cisco se instalar em Portugal, demonstra igualmente uma “enorme confiança no potencial de Portugal, nos seus especialistas e na fiabilidade da sua aposta tecnológica”.

Sócrates recordou que a escolha de Portugal resulta também no facto de a Cisco “ter demonstrado confiança não só no país, mas também na linha de orientação das políticas públicas e no Plano Tecnológico”, que na sua perspectiva, como adiantou, foi lançado com o objectivo de mobilizar o país para os investimentos necessários na área do conhecimento, da inovação e da tecnologia.

Mostrando grande satisfação por mais este importante sinal de confiança de uma empresa estrangeira em Portugal e na sua economia, o primeiro-ministro defendeu que “é este o caminho que queremos seguir”, porque ele “nos levará ao sucesso que desejamos, com mais riqueza e mais bem-estar para os portugueses”.

O acordo agora assinado e que



envolve a multinacional norte-americana de tecnologias de informação e comunicações, a Presidência do Conselho de Ministros e mais nove ministérios, estabelece que a Cisco se compromete a colocar em funcionamento em Portugal, até 2011, 400 academias, (Networking Academies), mais 250 do que as actualmente existentes, perspectivando a formação anual de mais 10 mil profissionais em tecnologias, Internet e gestão de redes.

A empresa, tal como determina o acordo, disponibiliza-se para a formação aos formadores, cedendo de forma gratuita todos os conteúdos formativos e suportes online permanentes, custeando ainda 75 por cento dos custos dos equipamentos informáticos que venham

a ser necessários.

O Governo, pelo seu lado, ficará com a responsabilidade de apoiar a criação de mais academias em escolas secundárias, universidades, institutos politécnicos, centros de formação profissional, prisões e organizações não governamentais, forças armadas e de segurança.

O acordo assegura também a participação da Cisco em iniciativas emblemáticas do Plano Tecnológico, como o desenvolvimento da iniciativa e-escola, o programa Inov-Jovem, recebendo estagiários recém-licenciados, o programa Inov-Contato, recebendo estagiários nos seus centros de I&D nos Estados Unidos da América e o programa de Estágios TIC para cursos profissionais.

Através deste memorando, a Cisco

colaborará ainda com o Governo no desenvolvimento de competências nas PME's (pequenas e médias empresas), nomeadamente nas áreas da tecnologia e da gestão.

O primeiro-ministro realçou o facto “particularmente significativo” de este memorando ter sido assinado no momento em que a Cisco, uma das maiores empresas tecnológicas mundiais, inaugurou em Portugal o seu Centro Hércules, unidade que dará suporte ao processo de venda dos seus produtos tecnológicos para todo o mercado europeu.

Quando se espera que entre um terço a metade dos ganhos de produtividade nas economias abertas até 2011 resultem da utilização generalizada de tecnologias em todos os sectores, este acordo, agora estabelecido entre o Governo português e a norte-americana Cisco, disse ainda José Sócrates, vem reforçar e promover uma das apostas prioritárias de Portugal em relação às qualificações profissionais dos portugueses.

As instalações do novo centro da Cisco, em Oeiras, que representaram um investimento directo de 7 milhões de euros, passarão a partir de agora a assegurar também a maior parte dos negócios que a empresa norte-americana mantém com a Europa, que actualmente se cifram num volume de transacções superior a 5 mil milhões de euros por ano. **R.S.A.**

Rejeitada moção de censura ao Governo

Foi rejeitada com os votos contra da maioria do Partido Socialista e a abstenção do PSD e do CDS/PP, a moção de censura apresentada pelo PCP, discutida e votada na Assembleia da República no passado dia 8 de Maio, Na opinião do primeiro-ministro, tratou-se não de uma moção de censura ao Governo, “mas antes uma tentativa de censura dos comunistas ao diálogo e à concertação social”.

EM FACE dos pressupostos em que assentou a moção de censura do PCP, José Sócrates frisou que a reforma do Código do Trabalho apresentada pelo Governo na concertação social, “representa o mais poderoso conjunto de medidas tomadas por qualquer Governo contra a precariedade laboral”.

Trata-se, defendeu, de uma proposta rigorosa, “amiga da negociação colectiva” e capaz de um equilíbrio positivo “entre as necessidades de adaptação das empresas e os direitos dos trabalhadores”.

Na opinião do primeiro-ministro, existe um contraste evidente entre o Governo, as organizações sindicais e patronais que acreditam no diálogo e que estão dispostas a trabalhar seriamente “para tentar um acordo sobre a legislação laboral”, por que acreditam

ser possível rever o Código para o melhorar, “dando mais protecção aos trabalhadores e maior capacidade de adaptação às empresas”, e assim construir um “novo consenso social” para o futuro do país. Em oposição a estes agentes da mudança, segundo o primeiro-ministro, estão os partidos que se proclamam defensores do movimento sindical, mas que de facto querem é “condicioná-lo e boicotar qualquer esforço sério de concertação” e que não hesitam, acrescentou, em “deitar mão a qualquer argumento, chegando ao cúmulo de acusar de falta de seriedade os sindicatos que possam vir a apoiar a revisão do Código”.

As suas intenções, disse, são claras “impor ao movimento sindical a sua própria agenda e interesses político-partidários”. Reclamando a importância da concertação social como “um dos pilares do moderno estado democrático”, José Sócrates lembrou que este paradigma “está no coração do modelo social europeu”.

Nestes três anos de reformas, afirmou, “procurámos sempre estabelecer acordos sociais”, não como forma “de nos escondermos ou de adiar decisões” e muito menos de “abdicar de responsabilidades”, mas porque este é o caminho, acrescentou, “mais aconselhável” no sentido de uma maior eficácia para o sucesso das reformas que dizem directamente respeito aos

trabalhadores e às empresas.

E deu alguns exemplos de reformas já alcançadas e que constituem, na sua opinião, “importantes passos em frente na modernização do país”.

Desde logo, como frisou, o acordo sobre a negociação colectiva, mas também a revisão do subsídio de desemprego, o acordo referente à formação profissional, a reforma da Segurança Social e ainda o acordo sobre o salário mínimo que, na perspectiva do primeiro-ministro, “permitiu um aumento histórico este ano que se verificará também no próximo ano”.

Mas foi possível avançar ainda com outras reformas conseguidas igualmente, como sublinhou, “graças aos acordos alargados estabelecidos com os parceiros sociais”, como é o caso da reforma da Administração Pública, o novo regime de carreiras, vínculos e remunerações, o sistema de avaliação de desempenho ou ainda o referente ao estatuto disciplinar.

Ou seja, defendeu, reformas “absolutamente cruciais” alcançadas através do diálogo em concertação social, assumindo assim o Governo uma “postura frontalmente contrária” àquela que é defendida de “forma evidente” na moção de censura dos comunistas.

Lembrando que as propostas que apresentou “têm por base o diálogo social”, o primeiro-ministro sublinhou o que considerou serem os três principais

argumentos do Governo: combater a precariedade, “que penaliza sobretudo os jovens”, dinamizar a negociação colectiva e favorecer a adaptabilidade.

Quanto à precariedade, disse, trata-se de avançar com medidas eficazes, “como as que o Governo apresenta”, sejam as relacionadas com o combate aos falsos recibos verdes, sejam aquelas que apontam para a redução de seis para três anos na duração máxima dos contratos a prazo.

Em relação ao segundo objectivo, José Sócrates disse acreditar na negociação colectiva, “sustentada no diálogo construtivo entre trabalhadores e empregadores”, criticando as “convenções que se eternizam”, que bloqueiam as negociações e a adaptação aos novos tempos.

Finalmente, quanto ao terceiro ponto, o primeiro-ministro disse que o objectivo, “é favorecer a vida das empresas criando-lhes condições para que se adaptem melhor às condições do mercado”, nomeadamente “acordando com os seus trabalhadores a gestão do tempo de trabalho”, medida que Sócrates garantiu deverá trazer “maiores níveis de competitividade às empresas”.

Para Sócrates, é possível conciliar a modernização da economia do país e das empresas com a valorização dos trabalhadores e a promoção do seu bem-estar social.

Acusando os partidos que atacam

o Governo e a concertação social de estarem “afastados da realidade concreta das coisas”, o primeiro-ministro disse que as empresas mais competitivas são aquelas que hoje aplicam, em resultado dos acordos estabelecidos com os seus trabalhadores, processos de gestão do tempo de trabalho “melhorando assim radicalmente o seu desempenho e a sua capacidade de criar emprego”, dando, a este propósito, o exemplo de algumas empresas têxteis ou na Autoeuropa, “onde ficou expresso o acordo sindical à flexibilidade com protecção e segurança”.

O caminho do progresso e da justiça social em Portugal, disse José Sócrates, está no “impulso reformista” onde o diálogo e o combate à precariedade assumem um carácter determinante.

Também o líder da bancada socialista, Alberto Martins, acusou o PCP de querer “instrumentalizar” os trabalhadores em vez de os proteger, classificando a moção de censura ao Governo, como “uma página negra dos comunistas”.

Alberto Martins lamentou que o PCP “ainda não tenha chegado ao Estado Social moderno”, preferindo antes enredar-se numa luta política sem futuro, lembrando que a proposta do Executivo socialista aponta para a criação de emprego mais seguro, “mais e melhor emprego”, para além de reforçar a intervenção sindical na contratação colectiva”. **R.S.A.**

Portugal na vanguarda tecnológica



“O ANO de 2007 foi o primeiro na história em que Portugal vendeu mais tecnologia do que importou”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, destacando que o facto da balança tecnológica ter sido “positiva” mostra que há “uma evolução, uma direcção da nossa economia”.

O chefe do Governo, que falava em Vila do Conde durante a cerimónia de apresentação pública de um novo projecto da empresa alemã Qimonda na área das células fotovoltaicas, realçou que Portugal tem hoje um *cluster* nas energias renováveis, o que não acontecia há três anos.

“Tomámos a opção estratégica de apostar nas

energias renováveis e nestes três anos obtivemos um resultado absolutamente extraordinário. Portugal tem hoje um *cluster* nas energias renováveis. O país está agora a produzir o que antes era importado porque era demasiado sofisticado para ser feito em Portugal”, disse.

E referiu ainda que este investimento, que irá gerar 150 postos de trabalho, “é uma prova de confiança em Portugal, na nossa economia e na competência dos portugueses”, salientando a “intensidade tecnológica” do projecto, que “está na vanguarda do que de melhor se faz tecnologicamente no mundo”.

Depois de lembrar que este investimento ganhou

pela Qimonda Portugal foi disputado com outros países europeus, o primeiro-ministro apontou este caso como mais um exemplo de como “as multinacionais estão satisfeitas com a economia e com a capacidade dos portugueses”.

Por sua vez, o ministro da Economia e da Inovação, Manuel Pinho, afirmou que as células fotovoltaicas são um “sector de ponta nas energias renováveis” e que Portugal está na linha da frente nesta área, sendo o 5º país da Europa no que respeita às renováveis.

Manuel Pinho felicitou a Qimonda pelo projecto, lembrando, a propósito, que “o investimento de hoje são as exportações de amanhã”.

Serrasqueiro pede parecer sobre arredondamentos nas comunicações electrónicas

O SECRETÁRIO de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, decidiu solicitar à Procuradoria-Geral da República (PGR) um parecer, com carácter de urgência, sobre a interpretação do ICP-ANACOM relativamente à aplicação do disposto na lei ao sector das comunicações electrónicas.

Em comunicado, a Secretaria de Estado recorda que a legislação em vigor “proíbe a prática do arredondamento em alta do preço, da duração temporal ou de outro factor, directa ou indirectamente, relacionado com o fornecimento do preço ou com a prestação do serviço que não tenha uma correspondência exacta e directa no



gasto ou utilização efectivos realizados pelo consumidor e que conduza ao aumento do preço a pagar por este, sendo entendimento do ICP-ANACOM que aquela alínea apenas obriga os operadores à criação de um tarifário, em alternativa aos já existentes, com um período inicial fixo seguido de

facturação ao segundo”.

Assim, “colocando-se dúvidas sobre se esta interpretação é susceptível de ser contrária ao próprio decreto-lei n.º 57/2008, de 26 de Março e que o tarifário proposto pode constituir, ao estabelecer o pagamento de um período inicial fixo, ou a prática de um consumo mínimo, ou a

aplicação de uma taxa de activação”, proibidos pela Lei dos Serviços Públicos Essenciais”, o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor decidiu solicitar ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República um parecer, urgente, sobre a interpretação dada à referida lei.

OPINIÃO



RUI NUNO BALEIRAS
Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

O Governo estabeleceu duas áreas como prioritárias para comunicação de resultados ao mercado: empresas e educação

O QREN EM MARCHA NO TERRENO

O CONSELHO adoptou em 06/10/2007 a última peça legislativa (Orientações Estratégicas Comunitárias para a Política de Coesão) sem a qual nenhum Estado-membro podia finalizar o seu Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Apenas três meses depois, Portugal entregou este documento à Comissão Europeia, a que se seguiu a negociação dos respectivos Programas Operacionais (POs). No dia em que a aprovação dos mesmos foi anunciada em Lisboa pelo presidente Durão Barroso, 17/10/2007, os POs portugueses estavam entre o primeiro terço de POs dos 27 Estados-membros aprovados pela Comissão Europeia. Nesse momento, países como a Espanha, a Grécia, a Bélgica e a República Checa tinham zero POs aprovados.

O QREN português, ao invés dos QCA que o antecederam, assume uma clara focalização na eficiência da economia portuguesa, com três e apenas três desígnios estratégicos: qualificação dos recursos humanos, incentivo aos factores de competitividade das organizações e valorização do território. A importância dada à estratégia teve consequências profundas na estruturação dos orçamentos de

mil milhões de euros de incentivos comunitários distribuídos por cerca de 230 concursos. Houve já decisões de financiamento em 24 concursos e, até Julho, outras haverá em mais 170 concursos. A divulgação de resultados passará a ser um acto corrente na actividade das autoridades de gestão dos PO. Pela primeira vez, o QREN comprometeu a administração com prazos regulamentares de decisão. Estes prazos estão, naturalmente, a ser cumpridos e abaixo dos limites previamente anunciados. O contraste com o QCA III é eloquente. A título de exemplo, o tempo médio para responder às empresas no PRIME foi de 166 dias entre 2000 e 2005; nos 23 concursos QREN para empresas com resultados já divulgados, o tempo médio foi de 69 dias, quando o prazo previsto nos editais era de 94 dias.

Tal como deve suceder em qualquer empresa, a mobilização dos recursos humanos e tecnológicos necessários para a disponibilização dos estímulos do QREN à economia e à sociedade é feita progressivamente, de acordo com o planeamento realizado e segundo as necessidades. A melhor prova de que assim se passa é a capacidade que o sistema demonstrou



fundos comunitários, que são os POs. Nos últimos 20 anos, eles foram construídos em função dos beneficiários, pré-consignando financiamentos por grandes classes de utilizadores (ministérios, municípios e até sectores de actividade empresarial). Hoje, os POs são largamente concorrenciais e adoptaram a figura do concurso entre beneficiários potenciais como regra para a decisão de atribuição de financiamentos. Esta mudança de fundo pode explicar algumas reacções de descontentamento por parte de quem perdeu um lugar à mesa do orçamento mas é essencial para levar os recursos dos contribuintes aos projectos com melhor retorno social.

Em Julho de 2007, foi identificada a necessidade de 81 regulamentos específicos e estabelecido um calendário até Abril de 2008 para os adoptar. Foram-no todos até dia 11 do corrente. A programação do QREN é bastante mais flexível e simples do que a dos QCAs, pelo que até 2013 a oferta de regulamentos será facilmente adaptável em função da evolução do mercado e da avaliação de necessidades que as autoridades de gestão forem realizando.

Estão hoje em oferta cerca de 7

em poder receber até hoje mais de 14.800 candidaturas, avaliá-las e comunicar decisões aos promotores.

O Governo estabeleceu duas áreas como prioritárias para comunicação de resultados ao mercado: empresas e educação. E, por isso, os primeiros concursos a divulgar resultados foram os que disponibilizam estímulos ao investimento privado e à construção e requalificação de escolas para o primeiro ciclo e ensino pré-escolar. Com estas escolhas, o QREN sinaliza várias mensagens. A urgência em estimular o investimento privado representa a atenção de curto e médio prazos ao desenvolvimento da economia: com mais e melhor investimento, criamos mais e melhores empregos. A urgência conferida aos centros escolares decorre da atenção de longo prazo que o Governo igualmente dispensa ao desenvolvimento. Com boas escolas, o rendimento das crianças e a motivação dos professores melhoram. É entre os três e os dez anos de idade que se começa a jogar a igualdade de oportunidades. O QREN, o Governo e os municípios querem inclusão social na partilha de resultados que a aposta na eficiência necessariamente criará.

Educação é prioridade do QREN

A educação, designadamente a construção de novos centros escolares, é uma das prioridades do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, salientando que “nenhum país melhora as suas oportunidades se não investir nas escolas e no ensino”.

JOSÉ SÓCRATES falava na cerimónia de assinatura de 126 projectos para a construção ou reabilitação de centros escolares com 56 câmaras do Norte do país, que decorreu no edifício da Alfândega, no Porto.

“Construir estes centros escolares é a prioridade das prioridades. Temos pressa porque estes centros escolares já deviam estar construídos há mais de dez anos”, disse o chefe do Governo.

“Por falta de coragem política convivemos durante anos a fio com situações que davam como consequência a exclusão e o abandono escolar”, frisou o primeiro-ministro, acrescentando que “estava demonstrado em relatórios e mais relatórios que escolas com menos de dez alunos eram um convite ao abandono escolar”.



E voltou a defender que escolas com menos de dez alunos “prejudicam essas crianças, prejudica o sistema de ensino”, acrescentando que a “mudança muito significativa, muito profunda e ambiciosa” levada a cabo pelo actual Governo nas escolas do 1º ciclo do ensino básico “representará o que será o país do futuro”.

O primeiro-ministro elogiou a “coragem” da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues,

em levar a cabo com determinação as reformas em favor da escola pública e do ensino de qualidade. “Muita gente achou que estávamos as escolas por questões de contenção orçamental. Passámos por muitos obstáculos, incompreensões e até atitudes hostis. Mas já na altura prometemos que viria o tempo da reorganização da rede e da construção de novas escolas e hoje a senhora ministra pode orgulhar-se porque temos um ensino

Sócrates lançou no Porto 126 projectos para novos centros escolares no Norte do país

básico muito melhor”, disse

Sócrates salientou que há três anos apenas 20 por cento das escolas primárias davam refeições aos

alunos, uma taxa que se situa agora em mais de 80 por cento.

O primeiro-ministro disse ainda que, em 2005, “só 40 por cento das escolas funcionavam até às 17h30”, o que considerou ser “um sinal de desistência da escola pública”.

Por outro lado, Sócrates voltou a destacar a “celeridade” com que os projectos são aprovados. “Quero sublinhar esta prioridade: precisamos de executar o QREN e rápido, com celeridade. Naturalmente com exigência, mas precisamos de ser rápidos”, disse.

Dos 126 projectos para centros escolares agora apresentados, 67 referem-se a obras de ampliação e 59 a construções de raiz de novos edifícios, estimando-se que sirvam uma população escolar de 33.600 alunos, 9160 do pré-escolar e 24.440 do 1º ciclo do ensino básico.

No total, quando os projectos estiverem finalizados, serão disponibilizadas 1400 salas de aula, num investimento total de 142 milhões de euros, cabendo aos fundos comunitários uma comparticipação de cerca de 100 milhões de euros.

Sócrates lança concurso para Hospital Central do Algarve

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, lançou no Algarve o concurso público para a construção do futuro Hospital Central, no complexo do Parque das Cidades, entre Faro e Loulé, e que entrará em funcionamento em 2013.

Na cerimónia, onde também esteve presente a ministra da Saúde, Ana Jorge, o primeiro-ministro disse que o concurso para a construção do Hospital Central do Algarve já podia ter sido lançado “há anos atrás”, mas sublinhou que os hospitais “não se compram nos supermercados”, já que “há um longo processo de planeamento antes de lançar um concurso”.

Com o arranque da nova unidade, que representa um investimento total directo de 250 milhões de euros, o velho Hospital de Faro irá acolher uma Unidade de Saúde Familiar, uma de Cuidados Continuados e uma Residência Assistida para Idosos.

No entanto, José Sócrates frisou que o novo hospital não vai ser construído para substituir outro, mas sim para assumir o papel de um hospital de referência para a região e para o país, essencial para a economia regional.

“Não é apenas um hospital novo, mas um novo hospital”, salientou, lembrando que terá valências até aí inexistentes no actual hospital e frisando a ligação que terá com a vertente de investigação clínica.



As novas especialidades, inexistentes no Hospital de Faro, são a Cirurgia Vascular, Pediátrica, Endocrinologia e Nutrição, Genética Médica, Medicina Nuclear, Neuroradiologia e Radioterapia

Outra das novidades do Hospital Central do Algarve é a criação de uma Unidade Integrada de Doentes Oncológicos e a existência de meios de diagnóstico de alta tecnologia, como aparelhos de ressonâncias magnéticas e ecógrafos.

A nova unidade terá uma lotação de 549 camas, mais 15 de cuidados paliativos e será dotada de dez salas operatórias, 46 gabinetes para consulta externa e 43 postos de

hospital de dia.

O novo hospital, que representa um investimento total de 250 milhões de euros, deverá servir uma população de 800 mil pessoas entre residentes (400 mil) e população flutuante.

Governo tem sido exemplar na concretização de políticas sociais

COM o triplo objectivo de atingir a sustentabilidade financeira, económica e social do país, o Governo do PS tem seguido o rumo reformista traçado desde 2005, evidenciando uma “exemplar” capacidade de concretização. Esta foi a principal mensagem deixada pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, ao intervir recentemente em Alcanena, num debate sobre “Novas Políticas Sociais”.

Nesta iniciativa da Comissão Política Concelhia do PS de Alcanena, realizada no âmbito do fórum “Construir o Futuro”, o também líder da bancada socialista na Assembleia Municipal local manifestou visível satisfação pelos acordos alcançados em dois anos (2006 e 2007) entre o Governo e os representantes das confederações sindicais e patronais na área da segurança social, do trabalho e da formação profissional.

Perante uma sala cheia, Vieira da Silva enquadró a política social do Governo liderado por José Sócrates na conjuntura nacional e, simultaneamente, recordou as principais medidas tomadas nesta área, salientando entre elas as que asseguram a sustentabilidade da Segurança Social, como a convergência da idade de reforma entre o sector



público e o privado, a promoção do envelhecimento activo e o combate à fraude.

A luta contra a pobreza e as desigualdades sociais com o aumento dos abonos de família, a criação do abono pré-natal, o Complemento Solidário para Idosos e o aumento progressivo do Salário Mínimo Nacional também foram outras medidas destacadas pelo governante, que não deixou de referir o esforço feito no sentido da qualificação dos recursos humanos portugueses, nomeadamente através do reforço da formação profissional e do programa “Novas Oportunidades”.

Ao frisar a importância das políticas de apoio às famílias, destacou a notável ampliação da rede de novos

equipamentos sociais e o programa PARES.

A finalizar, abordou questões relativas ao processo de revisão do Código do Trabalho, presentemente em discussão, sublinhando que o que está em causa, na proposta do Executivo, é combater efectivamente a precariedade e conferir maior flexibilidade no mercado laboral.

Por sua vez, a presidente da Comissão Política Concelhia, vereadora e deputada socialista Fernanda Asseiceira, destacou a importância destas medidas e do respectivo impacto na sociedade, considerando o reforço das redes sociais na comunidade como a forma mais eficaz de intervenção com alcance intergeracional. **M.R.**

Presidente do PS/Algarve defende reforço da ajuda alimentar a famílias carenciadas

“A AJUDA alimentar ganha uma importância cada vez maior, pois, pela primeira vez nos últimos 30 anos, o preço dos alimentos vai estar acima da média da inflação e muitas pessoas vão necessitar de apoio complementar”, afirmou o presidente da Federação do PS Algarve, Miguel Freitas, durante um jantar de trabalho em Faro que reuniu dirigentes de cerca de três dezenas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), no âmbito da iniciativa “Estado Social da Região”, dedicada à Terceira Idade.

No encontro foram apresentados resultados do trabalho desenvolvido pelas IPSS's, em articulação com os sectores da saúde e da segurança social, bem como as principais preocupações e dificuldades que os técnicos encontram nesta área.

Questões que o presidente do PS/Algarve irá fazer chegar a todos os membros do Governo, através de um relatório final sobre a acção, integrada no “Estado da Região”.

Miguel Freitas visitou também o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) do Algarve, onde elogiou o trabalho desenvolvido por esta organização e pelas instituições de solidariedade no combate aos novos fenómenos sociais e apelou aos seus dirigentes para que intensifiquem a

intervenção no sentido de sinalizar as famílias em situação de carência económica na região, onde cerca de 25 mil pessoas beneficiam actualmente do complemento de alimentação.

“Este é um trabalho notável que se reveste de uma importância cada vez maior porque as dificuldades de muitas pessoas vão aumentar”, sublinhou Miguel Freitas, para quem a subida do preço dos alimentos constitui uma das mais sérias preocupações sociais deste ano.

No Algarve, cerca de dez mil pessoas beneficiam da ajuda prestada pelo BACF através de 66 instituições de solidariedade social, um apoio que o presidente da Federação socialista considera essencial no combate contra a pobreza.

Miguel Freitas defendeu, no entanto, a necessidade de um maior esforço para que a ajuda chegue a “quem realmente precisa”, tendo salientado a importância da informatização dos processos de identificação das famílias carenciadas por parte da direcção regional do Instituto de Segurança Social.

No encontro com os dirigentes das IPSS's, onde estiveram presentes também os directores regionais da Administração Regional de Saúde, da Segurança Social e da Educação, elementos de equipas médicas e das

administrações do Hospital Central de Faro e do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, bem como os presidentes das câmaras municipais de Faro, Lagos e Olhão e a Governadora Civil de Faro, Miguel Freitas destacou ainda a intervenção feita no âmbito dos Cuidados Continuados e do Apoio Domiciliário.

Valências que considera “fundamentais no combate à exclusão de idosos”, numa região cuja taxa de envelhecimento é a segunda mais alta a nível nacional.

Na área dos Cuidados Continuados a região deverá passar, até ao final deste ano, das 123 camas existentes em 2005, para as 400, permitindo alargar o apoio a pessoas em situação de dependência e descongestionar os serviços de urgência e de internamento hospitalar.

Imprimir uma maior dinâmica ao Apoio Domiciliário deverá ser por isso a principal orientação aplicada aos protocolos de cooperação a estabelecer entre as instituições e o Estado, sublinha o dirigente socialista, que aponta ainda a necessidade de uma intensa intervenção no sentido de abranger o máximo de pessoas pelo complemento de solidariedade para idosos, instrumento que chega actualmente a cerca de 30 mil beneficiários no Algarve.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Presidente do PS Algarve
Coordenador de Agricultura
da Representação
Portuguesa Junto da União
Europeia

Esta crise tem um impacto real no aumento do custo de vida nos países ricos, mas significa a fome e miséria em larga escala e instabilidade política, económica e social em muitos dos países em desenvolvimento

CRISE ALIMENTAR MUNDIAL: O “TSUNAMI SILENCIOSO”

A CRISE alimentar mundial tem-se vindo a agravar, com a enorme valorização dos cereais, em particular, com a subida fulgurante do preço do arroz (base de alimentação de três biliões de pessoas no mundo, quer dizer, um em cada dois) apelando, cada vez mais, a uma consciência global sobre o desafio alimentar.

Esta crise tem um impacto real no aumento do custo de vida nos países ricos (revista inflação na Europa para 3.3%, quando previsão para 2008 era de 2%), mas significa a fome e miséria em larga escala e instabilidade política, económica e social em muitos dos países em desenvolvimento. “Um choque alimentar mundial se perfila, menos visível que o choque petrolífero, mas com um efeito potencial de um verdadeiro tsunami humanitário e económico”, como observa Louis Michel, Comissário Europeu para o Desenvolvimento.

Entre Março e Abril, irrompeu a “revolta dos esfomeados” em mais de 30 países, com manifestações e violência nas ruas. No Haiti protestos forçaram o primeiro-ministro a resignar; nos Camarões 24 pessoas morreram em manifestações; na Costa do Marfim, nos confrontos com a polícia, morreram pelo menos duas pessoas; no Egipto, foi proibida a exportação de arroz; nas Filipinas roubar arroz passou a ser punido com prisão; na Mauritânia a situação é dramática, já que a sua auto-suficiência alimentar é de apenas 30%. Em El Salvador os pobres estão a comer metade da comida que há um ano atrás. Os afegãos gastam agora metade do seu rendimento em alimentação. Em África, o preço de uma refeição aumentou cerca de 40% e a factura na importação de cereais vai aumentar de 10.2 para US\$15.2 biliões num só ano.

Numa estimativa conservadora o aumento de preços pode reduzir o poder de compra em 20% para as populações mais pobres. Neste momento um bilião de pessoas vivem com menos de 1\$/dia e 1.5 biliões entre 1\$ e 2\$/dia. Robert Zoellick, o presidente do Banco Mundial, considera que, com a inflação prevista, mais cem milhões de pessoas serão puxadas para uma situação de pobreza extrema, invertendo a tendência positiva da última década.

Esta situação acontece num momento em que a OCDE divulga dados sobre as ajudas ao desenvolvimento que mostram um recuo, pelo segundo ano consecutivo, dos apoios públicos dos 22 principais países doadores, com uma quebra de 8,4% num só ano. Esta organização admite que os objectivos do milénio (reduzir os níveis de pobreza para metade até 2015), adoptados pela ONU em 2000, estão em perigo.

Para acorrer à situação de emergência é fundamental aumentar, desde já, as contribuições para a ajuda alimentar, tendo havido movimentos nesse sentido dos países doadores (USA e UE). A directora executiva do Programa Alimentar Mundial, Josette Sheeran, solicitou US\$500 milhões para ser coberto o gap financeiro criado pelo aumento dos preços no PAM. O director-geral da FAO, Jacques Diouf, fala na necessidade de angariar mais US\$1.700 milhões para enfrentar a situação.

Mas a questão fundamental está em como enfrentar o desafio da produção alimentar no curto e médio prazo, num mundo em que cresce a população, em que mudam os padrões de consumo, em que se altera o paradigma energético, em que se integram os mercados. Nestas novas circunstâncias, a segurança alimentar mundial não pode continuar dependente de um número muito reduzido de países exportadores.

É preciso mobilizar mais terras aráveis (particularmente na Rússia, Ucrânia e Cazaquistão, onde seria fácil recuperar 13 milhões de hectares sem grandes custos). É preciso acabar com a retirada de terras da produção na UE, o que significa reintroduzir 10% das áreas de cultivo. É preciso reorientar os apoios ao desenvolvimento, já que apenas 4% das ajudas públicas são investidas na agricultura e no meio rural (quando 75% da população pobre aí vive e vive deste sector), para promover o aumento da produtividade, melhorando as tecnologias de produção (apenas 7% das terras aráveis são irrigadas em África) e o uso dos factores de produção (incorporação de fertilizantes é 7 vezes inferior em África que na Ásia), mas, também, todo o sistema logístico (acessibilidades, transportes e equipamentos de armazenagem).

E deve ser reequacionada a política de estímulo aos biocombustíveis, particularmente nos países em que não estão asseguradas as condições de uma produção sustentável, quer do ponto de vista ambiental, quer a nível social, nomeadamente no que diz respeito à suficiência alimentar e ao respeito pelos direitos do trabalho.

Finalmente, na OMC é preciso encontrar soluções para um comércio mundial mais equilibrado e mais justo de bens agrícolas e alimentares e que permitam maior estabilidade nos mercados.

OPINIÃO



PAULA DE DEUS
Deputada do PS

O novo impulso dado à política de combate às toxicod dependências tem como ponto de partida e de chegada, a dinâmica de parceria e a intervenção de proximidade

A PROPÓSITO DA DROGA E DA TOXICODPENDÊNCIA

A POLÍTICA de combate à toxicod dependência está com um novo impulso, pautando-se por uma visão integrada das intervenções em dependências e pelo reforço do investimento na área da prevenção. A convicção baseia-se no contacto directo com os serviços e profissionais da área respectivamente, na intervenção do Centro de Respostas Integradas de Évora (CRI), do Instituto da Droga e Toxicod dependência.

O CRI, com novas instalações construídas de raiz, está mais adaptado para responder às novas necessidades e dinâmicas das toxicod dependências, de que dou boa nota de três das suas características:

1. Respostas mais integradas, beneficiando do facto dos serviços de prevenção e de tratamento e reinserção, tradicionalmente situados em diferentes espaços, estarem alojados no mesmo edifício, o que facilita a articulação e o planeamento das intervenções.

2. Maior proximidade, devido ao investimento na ligação ao sistema de ensino, às organizações da sociedade civil e à comunidade em geral, por exemplo, com a criação de uma resposta multidisciplinar dirigida a consumos problemáticos e comportamentos de risco entre os adolescentes, a formação de mediadores para abordarem os jovens no seu meio natural de vida, respectivamente escola, universidade e espaços de diversão nocturna.

3. Maior envolvimento da comunidade, a começar



na criação na estrutura do CRI de um espaço de participação da comunidade e expressa na aposta na inclusão de jovens, família e professores, cidadãos e organizações da comunidade, nos programas de prevenção, através da sua capacitação para assumirem um papel activo, constituindo-se como agentes do sistema de prevenção das toxicod dependências e não como simples destinatários de acções pontuais.

O tratamento dos consumidores das drogas de síntese (ecstasy, LSD, etc.), consumidas sobretudo em contextos recreativos e de diversão nocturna, passa sobretudo pela redução dos danos e pela diminuição dos riscos. Os problemas que lhe estão associados não têm sido muito sentidos em termos terapêuticos, dado que não provocam dependência física e não têm uma resposta de "tratamento" dentro da lógica instituída nas respostas terapêuticas convencionais. Os danos são sobretudo neurológicos e psiquiátricos graves. A prevenção representa a medida convictamente mais eficiente de enfrentar o problema.

Em boa altura passámos a ter uma atitude pró-activa na abordagem das dependências. A intervenção está a ser assumida a partir de uma base de estudos e conhecimento prévio e profundo do ambiente que envolve o fenómeno em cada realidade concreta. O novo impulso dado à política de combate às toxicod dependências tem como ponto de partida e de chegada, a dinâmica de parceria e a intervenção de proximidade.

As mudanças nos fenómenos associados aos consumos, para além das questões de mercado, prendem-se também com mudanças sócio-culturais que envolvem as comunidades, pelo que, o seu combate está confrontado com constantes desafios. No entanto, do que temos oportunidade de observar no terreno, a actual política está na rota certa.

Rui José Prudêncio presidente em exercício da FRO

O PRESIDENTE da Federação Regional do Oeste do PS, José Manuel Custódio, concorreu e foi eleito presidente da Comissão Política Concelhia da Lourinhã, passando, assim, a pertencer ao respectivo Secretariado, encontrando-se desta forma, desde o passado dia 11 de Abril, e ao abrigo dos nº 4 e nº 5 do artigo 20º dos estatutos do PS, impedido de exercer o mandato de presidente da FRO.

O Secretariado da FRO, após ter analisado o conteúdo do despacho do presidente, do passado dia 27 de Maio, deliberou "através de votação, por unanimidade, manter o seu sentido, passando desta forma o camarada Rui José Prudêncio a exercer o cargo de presidente em exercício e terminar o mandato do presidente eleito", dando assim cumprimento ao nº 2 do artigo 20º dos estatutos do PS e à deliberação da Comissão Política de 23 de Abril de 2008.



TRÊS PERGUNTAS A RUI JOSÉ PRUDÊNCIO, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FRO

Porque é que é o presidente em exercício da FRO, substituindo no cargo o camarada José Manuel Custódio?

Porque o camarada José Manuel Custódio foi eleito presidente da Comissão Política Concelhia da Lourinhã, passando por este facto a pertencer ao respectivo Secretariado, encontrando-se desta forma e ao abrigo dos nº 4 e nº 5 do artigo 20º dos estatutos, impedido de continuar a exercer o mandato de presidente da FRO. Após análise desta situação quer a Comissão Política, quer o Secretariado entenderam, por unanimidade, nomear-me presidente em exercício.

Como encara o facto de o Secretariado da FRO, por unanimidade, ter deliberado nomeá-lo presidente em exercício desta estrutura e terminar o mandato do presidente eleito?

Fazendo eu parte do Secretariado e tendo sido os meus camaradas de órgão a tomar essa deliberação, só posso encarar esse facto com enorme humildade e sentido de responsabilidade. No entanto, não posso deixar de considerar este voto de confiança como um desafio, face à necessidade de implementar uma dinâmica mobilizadora que dê resposta aos combates políticos que se aproximam.

Quais vão ser as suas prioridades?

A acção da FRO irá assentar nas seguintes quatro áreas de acção estratégica: colaboração e apoio às concelhias no desenvolvimento das estratégias para as eleições autárquicas; apoio e divulgação das acções governativas do PS; abertura e aproximação da FRO a todos os que queiram encontrar aqui um espaço de debate e acção política e, finalmente, na continuação de uma acção iniciada pelo anterior presidente e que consiste na criação de um espaço político onde estejam representadas todas as estruturas do PS da região Oeste (Nut III Oeste).

www.psabrantest.com

O PARTIDO Socialista de Abrantes já está presente no ciberespaço com o endereço www.psabrantest.com. Neste "site" podemos encontrar toda a informação sobre a Concelhia de Abrantes, galeria de fotografias, notícias, agenda de actividades, artigos de opinião, entre outros assuntos.

Este é mais um passo para chegar junto dos militantes e simpatizantes do partido socialista e reforçar o diálogo, o trabalho sério e construtivo como já é tradição no PS Abrantes.



Socialistas denunciam descalabro nas contas de Paços de Ferreira

OS VEREADORES na Câmara Municipal de Paços de Ferreira do PS, Paulo Ferreira e Ricardo Pereira, votaram contra os documentos de prestação de contas da autarquia relativos ao exercício de 2007, denunciando deste modo a ilegalidade praticada pelo Executivo do PSD, ao não ter procedido à auditoria externa, conforme obriga a legislação em vigor.

Os autarcas socialistas, em declaração de voto, explicam que, apesar da lei das Finanças Locais prever a obrigatoriedade das contas da autarquia serem auditadas por um auditor externo, “a verdade é que tal não sucedeu”.

“Esta violação da lei, por si só, põe em causa a regularidade dos documentos em votação”, prosseguem no documento, onde consideram também que todo o processo e discussão das contas relativas ao ano passado ficou deste modo “prejudicado”.

Além desta irregularidade “lamentável e grave”, os camaradas Paulo Ferreira e Ricardo Pereira registam, com preocupação, alguns dados constantes dos documentos apreciados, nomeadamente, o facto do total da dívida camarária a terceiros, de curto, médio e longo prazos, ultrapassar os 48 milhões de euros.

“Comparado com 2006, o aumento da dívida é superior a 30%”, sublinham, frisando ainda que, relativamente às dívidas de curto prazo, o valor em 2007 é de quase 34



milhões de euros, isto é, “mais 65% do que no ano anterior”.

Para Paulo Ferreira, “esta é mais uma situação muito grave com que o presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira nos presenteia”.

Segundo o vereador do PS, é “inexplicável a forma despidianda como se atropelam normas e regras em vigor”.

“Sendo a lei clara no sentido de que a validação das contas de 2007 depende das mesmas serem auditadas, começa a ser dramático o caminho para onde a maioria PSD quer levar o município”, aponta Paulo Ferreira, para quem, “o mais grave ainda é a naturalidade com que se viola a lei”.

“Obviamente que esta situação nos preocupa, pois está em causa uma instituição pública a quem todos os eleitos juraram por sua honra

cumprir com lealdade o mandato conferido pelo povo”, referiu, para de seguida criticar a justificação dada pelo edil laranja, acusando-o de procurar iludir a responsabilidade absoluta da gestão do PSD na autarquia, atirando as culpas para o PS.

Perante contas não validadas e dívidas incontroladas, Paulo Ferreira afirma convicto que “o município caminha a passos largos para o precipício”.

“O presidente da Câmara, Pedro Pinto, gere os cofres do município no pressuposto de que em Paços de Ferreira foi descoberto petróleo”, declarou, reforçando o alerta sobre a forma irresponsável com que esta gestão autárquica lesa o futuro do concelho e dos munícipes ao apontar para um aumento da dívida de curto prazo da Câmara a fornecedores na ordem de 400%. **M.R.**

PS/Fundão acusa Câmara de recorrer a métodos ilegais

A CONCELHIA do Partido Socialista do Fundão, os seus vereadores na Câmara Municipal e os eleitos socialistas na Assembleia Municipal vieram recordar, em conferência de Imprensa, que estão “desde a primeira hora”, a favor da recuperação e reabilitação do velho e emblemático edifício do Cine-Teatro Gardunha.

Para os socialistas, nada justifica que um dos edifícios de maior importância no panorama cultural e arquitectónico da cidade do Fundão “e referência de toda a região”, se mantenha num estado de abandono há mais de vinte anos.

Perante as sucessivas denúncias que os socialistas tem vindo a fazer a propósito deste caso, a Câmara Municipal do Fundão resolveu agora recorrer à declaração de utilidade pública com a finalidade de proceder à expropriação do edifício, medida que os socialistas dizem não contestar, recordando, contudo, que existem outras soluções de diálogo que ainda não foram esgotadas pela autarquia.

O aspecto com o qual o PS do Fundão diverge da autarquia



prende-se com o facto desta ter entretanto elaborado, à margem de qualquer decisão definitiva, um estudo prévio de recuperação do imóvel, método com o qual os socialistas se mostram totalmente em desacordo, ameaçando recorrer à Inspeção-Geral da Administração Local caso a autarquia persista em manter este cenário.

A somar ao que consideram ser uma ilegalidade, o PS acusa ainda a edilidade de ter entregue a uma empresa privada a responsabilidade de elaborar um projecto para este edifício, “esquivando-se assim à abertura de concursos para a adjudicação de obras ou de projectos”.

Importa saber, questionam os socialistas, é a razão de tanta pressa e o “porquê desta fobia e deste receio em abrir concursos”.

Lembrando que não é a primeira vez que a Câmara Municipal do Fundão, “através deste Executivo fuge à abertura de concursos”, os socialistas salientam que eles servem para ocultar as diversas propostas e sugestões que possam eventualmente surgir, dando assim, não só maiores possibilidades de escolha, como também e simultaneamente, uma mais adequada probabilidade de melhor servir os interesses quer do município quer da população, e não “exclusivamente dos privados”.

Em relação ao Cine-Teatro Gardunha, sublinha ainda o PS, e “tratando-se de um edifício tão emblemático e histórico para todos nós” tudo justificava que houvesse maior “prudência na hora da escolha” optando-se pelo recurso ao concurso público, algo, aliás, “a que a lei obriga”, permitindo assim uma maior recepção das propostas arquitectónicas, bem assim como um leque mais alargado de opções económicas. **R.S.A.**

OPINIÃO



CATARINA MARCELINO

Estas mudanças ocorridas, primeiro na Finlândia e depois em Espanha, demonstram a relação incontornável entre desenvolvimento e igualdade

SAUDAÇÃO A ZAPATERO

O DEPARTAMENTO Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal saúda José Luís Rodríguez Zapatero pela adopção de um Executivo paritário, nove mulheres e oito homens, na constituição do 33º Governo de Espanha.

O novo Governo espanhol tem um executivo maioritariamente feminino, sendo o segundo Governo da União Europeia que se constitui desta forma. Em 2007 também o Governo finlandês passou a contar com uma maioria feminina no seu elenco.

Estas mudanças ocorridas, primeiro na Finlândia e depois em Espanha, demonstram a relação incontornável entre desenvolvimento e igualdade. A Finlândia, um dos países mais desenvolvidos do mundo, incorpora desde há muito os princípios da igualdade de género e da paridade na sua história política.

Mas mais interessante que a prática dos países nórdicos nesta matéria, é olhar para Espanha, olhar para um país do sul da Europa, da Europa Mediterrânea, onde os valores tradicionais da família, os papéis sociais dos homens e das mulheres na sociedade estão, antropológicamente, divididos de forma rígida entre uma esfera pública masculina e uma esfera privada feminina, onde o conservadorismo cultural e social têm raízes profundas e características próprias.

E é neste contexto das representações sociais que



Zapatero faz a “revolução”. Fá-la, porque acredita intransigentemente que o desenvolvimento do país passa, para além da economia, do ambiente, da ciência e da educação, pela igualdade de género. No seu discurso de posse afirma categoricamente perante o país que o seu intuito é modernizador e para tal tem que haver força política para ultrapassar os desafios que se colocam ao Governo, identificando como prioridades o crescimento económico, as alterações climáticas e a igualdade entre homens e mulheres.

Não é apenas discurso político, não é apenas intenção. O primeiro-ministro espanhol prova-o de imediato com a constituição do Governo. Entrega a duas das nove ministras empossadas, duas das três prioridades que identificou na seu discurso de posse. Elena Espinosa no considerado super-ministério do Ambiente, Bibiana Aido, a mais jovem do Governo, como ministra da Igualdade e ainda Cristina Gardunia na pasta da Ciência e Inovação.

Mas Zapatero não fica por aqui, e naquele que é o sinal mais forte, mais perturbador e mais desafiador ao conservadorismo nacional, nomeia para o cargo de ministra da Defesa uma mulher, a anterior ministra da Habitação, Carme Chacon. A imagem de Chacon grávida de sete meses a passar revista às tropas tem uma força simbólica impar, é em si mesma a imagem da mudança, a imagem da vontade de Zapatero de reformar e a prova de que a sua vontade e a sua convicção inabaláveis fizeram a diferença em Espanha.

Mais uma vez saudamos Zapatero e o Governo espanhol pela coragem e determinação, desejando uma legislatura de sucesso em prol do desenvolvimento e do futuro de Espanha.

OPINIÃO

ROSA ALBERNAZ
Deputada do PS

Bom começo é ter presente e declarar que a pessoa que migra é tão humana como qualquer outro cidadão do país que ela escolheu para procurar melhores condições de vida, segurança, trabalho e paz

RESPEITAR OS MIGRANTES

NO PASSADO mês de Abril tive a oportunidade de participar na 118ª Assembleia Geral da União Interparlamentar da qual sou membro desde 1995 – a União Interparlamentar é uma organização internacional que congrega os parlamentos dos países soberanos e foi criada em 1889 – que teve lugar na Cidade do Cabo nos dias 13 a 18 de Abril – África do Sul. Desta feita e no âmbito da Comissão de Democracia e Direitos Humanos as intervenções foram subordinadas ao tema “Trabalhadores migrantes, xenofobia e direitos humanos”.

Cada vez mais esta é uma temática que deve pautar e reger as actuações de todos os governos, é uma discussão que não conhece ideologias, fronteiras nem cor de pele, não é local mas sim transnacional e merece, portanto, uma reflexão de todos. Assim gostaria de partilhar alguns pontos da intervenção que dirigi à Assembleia da UIP, sobre os quais faz sentido reflectir:

“No paradigma dos direitos humanos, surge o conceito de família humana, de família universal, e nesta evolução histórica das últimas décadas, construíram-se possibilidades e instituições admiráveis. A perspectiva dos Direitos Humanos passou a interferir positivamente nas legislações, a construir um sistema internacional, a recheir diálogos e mediar governos, atitudes, intenções e democracias. Por outro lado, no coração de 200 milhões de pessoas, tal noção abriu a possibilidade de, às vezes fugindo do pior, às vezes buscando algo além, superar as noções antigas de fronteiras e buscar horizontes em países que antes eram inimagináveis.

Bom começo é ter presente e declarar que a pessoa que migra é tão humana como qualquer outro cidadão do país que ela escolheu para procurar melhores condições de vida, segurança, trabalho e paz. Depois, combater a xenofobia, garantindo direitos e efectivando que os e as migrantes não sejam, como de facto não são, “uma carga indesejável” ou até “uma ameaça” e passar a entendê-los, política, culturalmente como uma riqueza.

Tal como disse Hélio Bicudo “os migrantes devem ser respeitados em virtude de sua dignidade enquanto pessoas, muito além do regime vigente ou do lugar onde residem. Os seus direitos não derivam do facto de pertencerem a um Estado ou Nação, mas de sua condição de pessoa cuja dignidade não pode sofrer variações ao mudar de um País para outro”.

Também não podemos esquecer que numerosas mulheres migrantes são vítimas de violência, de abusos sexuais, de tráfico de seres humanos e de más condições de trabalho. As mulheres são especialmente vulneráveis a certos riscos de saúde particulares: contágio com VIH/SIDA, partos, gravidez precoce e interrupções de gravidez em condições sanitárias e médicas inadaptadas.

São todas estas questões absolutamente intrincadas e cruzadas entre si que nos compete discutir, debater e especificamente apresentar soluções, no sentido da promoção da igualdade para grupos vulneráveis e da percepção que olhar as migrações pela lente dos direitos humanos é a verdadeira possibilidade de efectivando tais direitos. Por isso, foi com grande orgulho que nesta mesma Assembleia-Geral da UIP fui eleita vice-presidente da Comissão de Democracia e Direitos Humanos, cuja presidência rotativa coube à América do Sul, podendo assim continuar a debater e a reflectir estas questões de absoluta importância na agenda política dos nossos dias.

Concluo lembrando as palavras do escritor Mário Vargas Llosa: “A imigração de qualquer cor e sabor é uma injeção de vida, energia e cultura e os países deveriam recebê-la como uma bênção”.

Vereadores do PS de Serpa denunciam negociata do Executivo CDU

UMA NEGOCIATA ruïnosa do Executivo comunista da Câmara de Serpa, que pretende comprar ao mesmo construtor uma parcela de terreno por um preço sete vezes superior ao valor pelo qual a cedeu há 15 anos, foi denunciada pelos vereadores socialistas na autarquia.

O vereador do PS Patinho Pereira declarou que o Executivo CDU “quer comprar, por 450 mil euros, uma parcela de terreno ao mesmo construtor a quem a cedeu em 1993 e em troca da prestação de um serviço avaliado em cerca de 60.250 euros”.

Além da prestação do serviço, a construção dos balneários do patinódromo de Serpa, o contrato de cedência do terreno previa o “compromisso do construtor construir uma residencial na parcela de terreno”, acrescentou o vereador.

“O construtor prestou o serviço, construindo os balneários do patinódromo de Serpa, mas não construiu a residencial, apesar de terem sido emitidos dois alvarás e duas prorrogações para o arranque das obras”, disse Patinho Pereira.

Apesar da “quebra do compromisso por parte do construtor”, o autarca socialista referiu que o Executivo CDU, “em vez de exigir o cumprimento do contrato, quer comprar a parcela de terreno ao construtor por um valor sete vezes superior àquele pelo qual a cedeu”.

Por isso, Patinho Pereira defendeu que “a Câmara de Serpa devia exigir ao construtor, nomeadamente através de uma cláusula de retorno do terreno por incumprimento do contrato, a construção da residencial, que as partes



acordaram de livre vontade e sem a qual, certamente, a transacção não se teria realizado”.

A decisão de readquirir o terreno, lembrou o vereador do PS, consta numa deliberação aprovada a 26 de Abril de 2007 em reunião de Câmara e com os votos favoráveis dos vereadores da CDU, a abstenção do vereador do PSD e os votos contra dos eleitos do PS.

Patinho Pereira frisou que o PS só agora denunciou o caso e um ano após a decisão ter sido tomada, “porque, primeiro, foi necessário reunir toda a informação sobre a transacção”.

E sublinhou que “o objectivo dos eleitos do PS na Câmara e na Assembleia Municipal de Serpa é tentar evitar a concretização do negócio, que não aceitam, porque se trata de um inexplicável favo-

recimento de um construtor e de um exemplo de péssima gestão autárquica”.

Para o vereador do PS, “é inaceitável que se premeie quem deveria ser obrigado a cumprir aquilo a que se propôs”, considerando que o negócio “vai lesar o município nos seus interesses”, não se vislumbrando “nenhum benefício para o concelho de Serpa que seja minimamente equivalente àquele que é proporcionado ao construtor”.

Patinho Pereira adiantou que “ficou estabelecido que a Câmara vai pagar parte dos 450 mil euros com lotes de outros terrenos”, sublinhando que desta forma “a transacção vai permitir ao construtor gerar ainda mais mais-valias com os terrenos, porque o retorno será bastante superior aos 450 mil euros”.

PS/Vila Verde contra “venda a retalho” do concelho

A EXPLORAÇÃO do estacionamento pago à superfície no centro urbano de Vila Verde “é apenas uma parte de um negócio que envolve também a exploração dos parques de estacionamento subterrâneo, ainda em construção, no âmbito de um direito de superfície concedido pela maioria PSD da Câmara Municipal a um privado”, refere o PS local, que acusa a autarquia de, com esta decisão, onerar “todos os vila-verdenses para oferecer as receitas provenientes do estacionamento à superfície a uma entidade privada”.

Em comunicado, o PS/Vila Verde considera que, “talvez seja por essa razão que, mesmo estando ainda os parques em construção, os vila-verdenses tenham que começar a pagar desde já pelo estacionamento do seu veículo”.

O Partido Socialista “foi o primeiro a defender a reorganização do

trânsito na sede do concelho com a perspectiva que tal poderia beneficiar o comércio local, mas é frontalmente contra a ‘venda a retalho’ do concelho de Vila Verde reveladora de uma clara fuga às competências da autarquia e de desprezo pelas receitas que daí poderiam advir”, refere o comunicado.

Receitas essas que, segundo os socialistas de Vila Verde, “poderiam permitir à Câmara Municipal a realização de diversas obras de interesse municipal e até, caso se viesse a mostrar útil e necessária, a construção dos dois parques de estacionamento subterrâneos”.

Para o PS de Vila Verde, “este tipo de política é o que verdadeiramente se pode apelar de ‘vender a galinha dos ovos de ouro’, que, aliás, tem sido essa a marca da actuação da maioria do PSD nestes últimos anos de governação autárquica”.

Os socialistas vila-verdenses afirmam ainda que “para disfarçar as mais que evidentes dificuldades financeiras da autarquia”, os autarcas do PSD “não fazem cerimónias em socorrer-se de todos os instrumentos possíveis e imaginários de forma a adiar a crise e a manter o aparente ritmo de realização de obra”. É assim, apontam, “com a construção dos parques de estacionamento subterrâneo e a respectiva requalificação do espaço à superfície, é assim com as parcerias público privadas para a construção das obras prometidas na última campanha eleitoral e é assim na exploração da rede de abastecimento público de água”.

Ou seja, refere o PS/Vila Verde, “para mostrar obra, entrega-se praticamente a gestão da autarquia a terceiros e compromete-se definitivamente o futuro de um concelho”.

Mais coesão social exige cooperação com a sociedade civil



OPINIAO



ARMANDO FRANÇA
Eurodeputado do PS

O QREN será muito importante para os portugueses e para o nosso projecto de sociedade se formos coerentes, persistentes e não nos desviarmos nem dos princípios, nem dos objectivos

SOCIALISMO DEMOCRÁTICO CAMINHO PARA OS NOVOS DESAFIOS

A PRIMEIRA resposta que devemos dar aos nossos adversários políticos, que nos combatem no Governo, no Parlamento nacional, nos parlamentos regionais, nas autarquias locais, isto é, nos órgãos políticos em que o Partido Socialista tem responsabilidades, deve ser sempre com a firmeza dos princípios que se identificam com o socialismo democrático. Esses princípios, por um lado, diferenciam-nos dos nossos adversários e sublinham a nossa diferença, por outro lado informam as nossas grandes opções políticas e servem também para explicar a nossa prática política, quer seja no plano das iniciativas políticas e legislativas, quer seja no plano executivo e no da aplicação concreta das orientações políticas estratégicas.

Por isso, e neste tempo em que é tão evidente a desorientação, a confusão, o passadismo, o imobilismo, o oportunismo político, a falta de rumo e de estratégia de alguns dos nossos adversários políticos, devemos redobrar os nossos esforços para comunicar, acentuando a força, a seriedade, a validade e a actualidade dos princípios do PS e dos valores que nos são caros, ou seja, os do socialismo democrático. Tanto mais que, em breve, temos de preparar e elaborar programas com os quais nos vamos apresentar ao povo português nas disputas eleitorais dos Açores (este ano) e para o Parlamento Europeu, Assembleia da República e autarquias locais (no próximo ano). E atenção: o tempo corre depressa e de tal modo que cada dia que passa é menos um dia para reflectir, apresentar propostas, discutir, consolidar ideias e apresentarmo-nos aos eleitores com credibilidade e a margem de confiança que assegura bons resultados eleitorais.

O PS é, além do mais e salvo melhor opinião, um partido humanista, reformista, europeísta que defende um modelo de Estado social e regulador, a democracia política, o desenvolvimento equilibrado e sustentado, a existência de um sector público qualificado e competente, de um sector privado dinâmico e que reconhece a importância crescente da denominada economia social, sobretudo aquela que presta serviços aos pobres, aos mais desprotegidos, aos idosos, às crianças, aos dependentes, aos marginalizados e aos excluídos. A mensagem do socialismo democrático exalta a liberdade, a igualdade, a solidariedade, combate todas as formas de violência e promove o respeito pelos direitos humanos e pela dignidade e afirmação da pessoa humana. Devemos estar do lado do desenvolvimento ambientalmente equilibrado e sustentado e do progresso, numa lógica de bem-estar social, de combate à pobreza e à exclusão social, de redistribuição, de modernidade, de paridade e de espírito aberto à cultura, à criatividade, à inovação que nos ajude a enfrentar e a dar resposta aos novos desafios que emergem do acelerado e imprevisível tempo presente.

A nossa acção na prática política, legislativa e governativa deverá ser resultado da nossa convicção e da firmeza na aplicação dos princípios e valores do socialismo democrático. Por exemplo, creio que será muito importante – como me parece que foi no âmbito das orientações estratégicas e dos princípios – que o actual quadro comunitário de apoio, o QREN, possa ser sempre conduzido na sua aplicação prática e até 2013, obedecendo a algumas das linhas fundamentais caras aos socialistas, nomeadamente aquelas que foram definidas pelo nosso Governo, com relevo para as apostas na educação, na formação, na qualificação dos portugueses, no social, na inovação, nas novas tecnologias, no desenvolvimento equilibrado e sustentado, na reforma e modernização da administração pública e na dinamização do sector privado. O QREN será muito importante para os portugueses e para o nosso projecto de sociedade se formos coerentes, persistentes e não nos desviarmos nem dos princípios, nem dos objectivos. Aliás, decorridos cerca de sete meses desde a abertura do QREN, já foram apresentadas mais de 13 mil candidaturas, facto que indicia uma forte vontade de fazer por parte dos candidatos e que sugere que os seus objectivos são correctos e acertados.

Tudo é mais fácil quando se tem princípios e valores e deles se faz uma boa aplicação, para se atingir os objectivos definidos e anunciados com clareza. Quando há firmeza e convicção. Quando há seriedade e coerência. Quando se trabalha persistente, metódica e organizadamente. O destinatário da acção política, as pessoas, o povo anónimo que anseia, luta, sofre, arrisca e sonha, percebe bem. Sobretudo quando o ouvimos e lhe falamos com verdade e com vontade de construir um mundo melhor e mais justo.

MAIS importante do que contabilizar as verbas dispendidas na procura de uma maior coesão social é garantir que os apoios cheguem a quem deles precisa e barrar eficazmente o acesso a quem realmente não necessita deles, defendeu o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, durante a cerimónia comemorativa do Dia da Segurança Social, assinalado a 8 de Maio, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa.

Nesta ocasião, o governante aproveitou também para informar que os programas do Governo do PS que visam problemas de desigualdade social, assimetria e exclusão, envolvem mais de 400 milhões de euros.

E fez questão de frisar que, para conseguir dar uma resposta tão profunda quanto possível aos flagelos

da exclusão e da pobreza é preciso fazer-se “um esforço de cooperação com a sociedade civil”, embora “a primeira responsabilidade” nesta tarefa seja do Estado.

Nesta ordem de ideias, declarou que “Portugal dispõe de instrumentos de emergência social, linhas de apoio, e prestações sociais suficientes, que apenas têm que chegar eficazmente a quem deles necessita”.

Segundo Vieira da Silva, o Ministério que tutela disponibiliza actualmente mais de 1400 milhões de euros em cooperação com instituições da sociedade civil, nomeadamente para prestações sociais, sobretudo para aquelas relativas a prestações não contributivas, “que são as que mais têm crescido, apesar do período de consolidação orçamental”.

“Há ainda um longo caminho a

percorrer” no sentido de “tornar mais eficazes” as prestações sociais, disse, explicando ser este outro dos três desafios actuais da Segurança Social.

Questionado sobre os trabalhadores com falsos recibos verdes, Vieira da Silva garantiu que o Executivo está atento à situação e que penalizará todas as situações detectadas que “mascarem verdadeiras relações contratuais”, apontando de seguida para o aumento verificado no número de instrumentos de combate à fraude e evasão fiscal.

Entre as medidas citou a melhoria no acesso à Segurança Social dos trabalhadores com recibos verdes, cujas taxas de desconto desceram, e a importância de a entidade empregadora também contribuir com o que deve. **M.R.**

Abono de família com aumentos superiores à inflação

O ABONO de família para crianças e jovens vai ter este ano aumentos acima da inflação prevista, 2,1%, segundo uma portaria publicada no dia 2 em “Diário da República”, que actualiza esta prestação social entre 2,5 e 4 por cento, conforme os rendimentos dos agregados familiares.

Assim, para o escalão mais baixo de rendimentos iguais ou inferiores a 203,7 euros mensais, o aumento será de 4%, situando a prestação mensal para as crianças até um ano nos 135,84 euros e para as maiores de 12 meses em 33,96 euros.

No segundo escalão – que compreende rendimentos maiores que 203,7 euros e iguais ou inferiores a 407,21 euros mensais, a actualização será de 3,5% e no terceiro rendimentos maiores que 407,41 euros e iguais ou inferiores a 610,5 euros de 3%.

Um aumento de 2,5% é aplicado nos quarto rendimentos

maiores que 610,5 euros e iguais ou inferiores a 1.017,5 euros e quinto escalões rendimentos maiores que 1017,5 euros e iguais ou inferiores a 2035 euros.

Para as famílias com rendimentos do quinto escalão a prestação mensal para uma criança até um ano será de 33,09 euros, enquanto as maiores de um ano receberão 11,03 euros.

A portaria dos ministérios das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social define ainda os aumentos do abono de família pré-natal, pago mensalmente às grávidas a partir da 12ª semana de gestação, que, no caso do 1º escalão de rendimentos, passa de 130,62 euros para 135,84 euros.

No escalão máximo, o abono sobe dos 32,28 euros mensais para 33,09.

O diploma estipula ainda aumentos para os apoios para os segundos e terceiros filhos.

Nas famílias com dois filhos a prestação será de 33,96 euros no escalão mais baixo e 11,03 euros no escalão mais alto, enquanto nos agregados com mais de dois filhos o abono no escalão mais baixo será de 67,92 euros e no mais alto de 22,06 euros.

As prestações por deficiência, que crescem ao abono de família, e os subsídios mensal vitalício e por assistência a terceira pessoa sobem também 4%.

No que respeita às prestações por deficiência, o valor da prestação varia entre os 57,80 e os 112,69 euros conforme a criança ou jovem seja menor de 14 anos ou tenha entre 18 e 24 anos.

Já o subsídio mensal vitalício será em 2008 de 171,78 euros e a prestação por assistência a terceira pessoa de 85,88 euros.

A portaria, que define ainda um montante de 208,85 para o subsídio de funeral, produz efeitos desde 1 de Janeiro.

Nova Alcântara será um motor de mobilidade e desenvolvimento

NOV ALCANTARA
NOVA ESTACIONAMENTO TERMINAL DE CONTENTORES

MOPTC
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ENERGIA E TRANSPORTES
NACIONAL DE SEGURANÇA DO TRÁFICO

O sector dos transportes é uma peça fundamental do desenvolvimento económico do país, contribuindo decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Mobilidade Sustentável

- Objectivo central para a área dos transportes
- Aspecto determinante da qualidade de vida das populações
- Factor decisivo para promover a coesão territorial e social
- O modo ferroviário tem importância decisiva como elemento estruturante do sistema de transportes e do território

Desenvolvimento Económico

- O transporte marítimo e os portos são essenciais para o desenvolvimento económico
- Portugal está localizado numa zona privilegiada de confluência de rotas internacionais
- O Porto de Lisboa tem um impacto socio-económico significativo na região LVT, com um impacto anual total (directo, indirecto e induzido)* de:
 - VAB de € 1,7 mil milhões e VBP de € 4,5 mil milhões
 - Massa salarial de € 530 milhões e impostos de € 70 milhões
 - Mais de 38.000 postos de trabalho

* Fonte: "Estudo de Impacte Socio-Económico do Porto de Lisboa", 2001, Jorge Galvão

NOV ALCANTARA
NOVA ESTACIONAMENTO TERMINAL DE CONTENTORES

MOPTC
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ENERGIA E TRANSPORTES
NACIONAL DE SEGURANÇA DO TRÁFICO

NÓ FERROVIÁRIO E TERMINAL DE CONTENTORES

Objectivos

- Melhorar a qualidade de vida da população da AML
- Aumentar a competitividade internacional do porto de Lisboa
- Promover a intermodalidade e o uso de transportes mais sustentáveis
- Melhorar a qualidade ambiental do nosso território

Intervenção Ferroviária
Ligação ferroviária desnivelada da linha de Cascais com a linha de Cintura

Intervenção Portuária
Novo Terminal de Contentores

Promoção da Intermodalidade

- Ligação Ferroviária desnivelada entre o terminal e a linha de Cintura
- Zona de acostagem e operação de barcas

NOV ALCANTARA
NOVA ESTACIONAMENTO TERMINAL DE CONTENTORES

MOPTC
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ENERGIA E TRANSPORTES
NACIONAL DE SEGURANÇA DO TRÁFICO

A solução apresentada de desnivelamento do nó de Alcântara está articulada com o projecto de modernização da linha de Cascais

MODERNIZAÇÃO DA LINHA DE CASCAIS

Objectivos

- Aumentar os utilizadores da Ferrovia
- Aumentar a segurança, a qualidade e a fiabilidade do serviço ferroviário
- Criar condições de interoperabilidade com a restante rede

Infra-estrutura

- Introdução de novos sistemas de sinalização e telecomunicações, remodelação de estações e renovação de via e catenária **-180 MC**

Material Circulante

- Aquisição de material circulante com elevado nível de qualidade e conforto **-180 MC**

Processo - Linha de Cascais

Ano	Milhões de passageiros
2000	30,0
2001	30,0
2002	30,0
2003	30,0
2004	30,0
2005	30,0
2006	30,0
2007	30,3
2017	41,8

O PROJECTO foi apresentado recentemente na presença do primeiro-ministro numa sessão em que foram assinados os contratos para investimento de 407 milhões de euros e em que foi lançada a primeira pedra. As obras incluem a ligação da linha férrea de Cascais à Gare do Oriente e a triplicação da capacidade de armazenamento do terminal de contentores.

José Sócrates referiu que a decisão de ampliar o terminal de contentores "já devia ter sido tomada há vários anos atrás", pois "tinha um horizonte de esgotamento muito próximo".

Com esta medida, "o Porto de Lisboa poderá agora dar um novo contributo à economia nacional, porque verá a sua capacidade aumentada,

mas também porque ficará ligado à rede de transportes e à rede de plataformas logísticas".

Sócrates recordou ainda que o Governo solucionou os impasses do aeroporto de Lisboa, do alargamento do IC19 e da conclusão da CRIL.

As obras do projecto Nova Alcântara estarão concluídas em 2013 e possuem uma parte ferroviária e outra marítima.

A primeira inclui a construção de uma ligação ferroviária desnivelada entre o terminal e a Linha de Cintura (com uma estação subterrânea para mercadorias) e a ligação da linha ferroviária de Cascais à Linha de Cintura, vai permitir a circulação de comboios de passageiros en-



tre Cascais e o Areiro.

Já a parte marítima inclui a ampliação do terminal de contentores e a criação de uma zona de acostagem e

NOV ALCANTARA
NOVA ESTACIONAMENTO TERMINAL DE CONTENTORES

MOPTC
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ENERGIA E TRANSPORTES
NACIONAL DE SEGURANÇA DO TRÁFICO

LIGAÇÃO FERROVIÁRIA DESNIVELADA DA LINHA DE CASCAIS À LINHA DE CINTURA

Situação Actual

- A ligação da linha de Cascais com a linha de Cintura é efectuada a partir da estação de Alcântara-Terra por um atravessamento de nível, em via única não electrificada, com 6 pontos de conflito com a rede viária

Situação Futura

- Ligação da linha de Cascais à linha de Cintura, em túnel, permitindo a continuidade dos serviços Urbanos de passageiros entre as 2 linhas

Ligação ferroviária desnivelada da linha de Cascais à linha de Cintura e Nova Estação subterrânea de Alcântara-Terra

Investimento = 55,2 MC

NOV ALCANTARA
NOVA ESTACIONAMENTO TERMINAL DE CONTENTORES

MOPTC
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ENERGIA E TRANSPORTES
NACIONAL DE SEGURANÇA DO TRÁFICO

IDEIAS FINAIS

Mobilidade Sustentável

- Obtêm-se poupanças de tempo de viagem significativas, a nível local, metropolitano, nacional e internacional, permitindo que mais cidadãos utilizem o caminho de ferro

Desenvolvimento Económico

- TCA voltará a ser um terminal deep-sea, com ligações ferroviárias e fluviais às principais plataformas logísticas da região de Lisboa, numa aposta clara na intermodalidade e permitindo um aumento acentuado da movimentação do porto de forma sustentável

Marco Entendimento

O projecto Nova Alcântara, que criará um novo nó ferroviário e ampliará o terminal de contentores da Rocha do Conde de Óbidos, em Lisboa, vai pôr fim a “um dos principais bloqueios ao desenvolvimento económico e à mobilidade dos cidadãos na Área Metropolitana de Lisboa”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates.



projecto onde se aliam os investimentos sociais, como são toda a ligação ferroviária de passageiros, com os investimentos na economia e na competitividade, como são a parte marítimo-portuária e ferroviária de mercadorias”.

Referindo que “mais do que apenas discutir alternativas e analisar cenários, este Governo decidiu concretizar esta já velha aspiração”, Mário Lino salientou que “com esta ligação ferroviária desnivelada vamos melhorar significativamente a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, beneficiando significativamente, em particular, todos quantos, vivendo ao longo da linha Lisboa-Cascais, trabalham em Lisboa”.

Por sua vez, a secretária de Estado dos Transportes disse

que com esta intervenção, prevê-se que a procura da linha de Cascais “aumente dos 30 milhões anuais para 41,8 milhões em 2017, o que representa um acréscimo

de 11,5 milhões de passageiros”.

Ana Paula Vitorino sublinhou ainda que a Nova Alcântara é “um marco significativo” da política do

Governo de mobilidade sustentável e de desenvolvimento económico. De mobilidade sustentável, porque, explicou, obtêm-se “poupanças de tempo de viagem significativas, a nível local, metropolitano, nacional e internacional, permitindo que mais cidadãos utilizem o caminho-de-ferro”.

Mas também de desenvolvimento económico, porque, frisou, “o terminal de contentores de Alcântara voltará a ser um terminal ‘deep-sea’, com ligações ferroviárias e fluviais às principais plataformas logísticas da região de Lisboa, numa aposta clara na intermodalidade e permitindo um aumento acentuado da movimentação do porto de Lisboa de forma sustentável”. J.C.C.B.

NOVO NÓ DE ALCÂNTARA PERMITIRÁ

Acabar com o cruzamento de nível entre a linha de caminho-de-ferro para passageiros Lisboa-Cascais e a linha de caminho-de-ferro para mercadorias que liga o Porto de Lisboa e a Linha de Cintura;

Estabelecer uma nova ligação da linha de caminho de ferro para passageiros Lisboa-Cascais à parte norte de Lisboa, seguindo pela Linha de Cintura, proporcionando, através da interligação desta linha com a rede do Metro de Lisboa, uma ligação mais cómoda, fácil e rápida aos diferentes destinos dos seus utilizadores;

Melhorar significativamente a fluidez do tráfego rodoviário na zona de Alcântara.

operação de barças. O investimento de 407 milhões de euros reparte-se entre 180 milhões de euros pela Refer e Porto de Lisboa e 227 mi-

lhões pela Liscont.

Na ocasião, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, referiu que este é “um

NOVA ALCANTARA | **MOPTC**

O QUE VAI MUDAR A NÍVEL LOCAL

Benefícios O desnivelamento do Nó de Alcântara irá reordenar a distribuição dos passageiros em Lisboa, criando percursos mais directos e reduzindo substancialmente os tempos de viagem em TP.

- Reordenamento da distribuição dos passageiros em Lisboa

Ano	Procura Linha de Cascais
Ano 2007	30,3
Ano 2017*	41,8

* Fonte: Estimativa TTT de 2008. **+ 11,5 milhões de passageiros**

- Alteração dos Tempos de Viagem em TP

(em min.)	Cascais - Soto Rios	Cascais - Entrecampos	Cascais - Oriente
Situação Actual (a)	60	60	80
Situação Futura (b)	37	40	54

26/28 min. de poupança por viagem

NOVA ALCANTARA | **MOPTC**

O QUE VAI MUDAR A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

Benefícios O desnivelamento do Nó de Alcântara irá permitir que todo o corredor Algués-Cascais tenha boa acessibilidade ao eixo Lisboa-Porto, ao eixo Lisboa-Madrid e ao Algarve em serviço convencional e em Alta Velocidade

- Ligação ao Porto e a Madrid, via Estação do Oriente, em Alta Velocidade

Situação Futura	Tempo de viagem	Entrada em funcionamento
Cascais - Oriente* (Alta Vel.)	54 min	2015
Oriente - Porto (AV)	1h 15m	
Total	2h 09m	
Cascais - Oriente* (Alta Vel.)	54 min	2013
Oriente - Madrid (AV)	2h 45m	
Total	3h 39m	

* Fonte: CP, REFER, RAVE

- Ligação a Faro, via Entrecampos, em serviço convencional

Situação Futura	Tempo de viagem
Cascais - Entrecampos*	40 min
Entrecampos - Faro	2h 25 m
Total	3h 15m

* Fonte: CP, REFER, RAVE

NOVA ALCANTARA | **MOPTC**

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

- Perante o cenário de **esgotamento da capacidade do terminal**, foram ponderadas as soluções alternativas possíveis para a sua expansão, comparando com o cenário de não realizar qualquer investimento
- Resultou claramente mais vantajoso para o País que:
 - A capacidade do TCA seja expandida, correndo o investimento por conta da concessionária, tendo como contrapartida a **prorrogação do prazo da concessão**
 - Garantindo **acessibilidades ferroviária e fluvial** para aumento da competitividade e minimização dos impactos sociais e ambientais

Memorando de Entendimento

- Entre o Estado, APL, REFER, Liscont e Tertir
- Aprovação do novo plano de investimentos a cargo da concessionária, no montante de € 226,7 milhões, que concretiza o aumento da capacidade de 340.000 para 1.000.000 TEU/ano
- Prorrogação do prazo da concessão em 27,5 anos
- Compromisso das intervenções da APL e da REFER

NOVA ALCANTARA | **MOPTC**

TERMINAL DE CONTENTORES DE ALCÂNTARA

Novo Plano de Investimentos

- Ampliação da capacidade para 1.000.000 TEU/ano, reorganização e reapetrechamento do terminal de contentores
- Melhoramento das acessibilidades marítimas, permitindo o acesso a navios porta-contentores com calado máximo de registo até 15,50 m e 400 m de comprimento
- Criação de uma zona de acostagem e operação de barças
- Construção da ligação ferroviária desnivelada entre o terminal e a Linha de Cintura e um feixe de mercadorias (doca seca) no terminal de contentores

Total Inv. = 348,4 M€

Registo predial simplificado



NO ÂMBITO do Programa Simplex, o Conselho de Ministros de 30 de Abril aprovou um decreto-lei que simplifica, desmaterializa e elimina actos e procedimentos de registo predial e actos conexos.

Entre os actos abrangidos encontram-se a compra e venda, com ou sem financiamento bancário, hipotecas e doações de imóveis, viabilizando-se também a prestação de novos serviços em regime de balcão único, com mais simplicidade e redução de custos, nome-

adamente tornando facultativas as escrituras de diversos actos.

Com o diploma agora aprovado, elimina-se igualmente um conjunto de actos e práticas como a delimitação da competência territorial ou a apresentação de documentos existentes noutras conservatórias.

E viabilizam-se ainda os serviços através da Internet e adopta-se um sistema de registo predial obrigatório, para aumentar a segurança no comércio de bens imóveis.

Acesso a computadores e Internet a preços reduzidos alargado a associações de jovens e estudantes

AS ASSOCIAÇÕES de jovens e de estudantes que se candidataram ao programa e.juventude – uma nova vertente a juntar ao e.escola, e.professor e e.oportunidades – passaram a estar abrangidas pelo programa de entrega de computadores com acesso à Internet de banda larga a preços reduzidos.

A extensão do referido programa foi anunciada no Dia do Associativismo Jovem (30 de Abril), numa cerimónia em que o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, entregou os equipamentos às respectivas federações.

Refira-se que o Registo Nacional



do Associativismo Jovem inclui presentemente um milhar de associações juvenis e duzentas associações de estudantes, distribuídas por todo o país, representando um universo de mais de meio milhão de jovens.

Mais 30 lojas do cidadão até 2009

PELO menos mais três dezenas de lojas do cidadão de segunda geração serão instaladas até ao final de 2009.

Para concretizar este objectivo, o Governo do PS aprovou recentemente a criação de uma estrutura de missão à qual competirá articular com a Agência para a Modernização Administrativa o desenvolvimento de acções para executar a primeira fase do plano de expansão da rede nacional de lojas do cidadão.

Durante o biénio 2008/2009 a estrutura de missão deverá proceder à identificação dos espaços mais adequados para a instalação das lojas, preferencialmente em imóveis do Estado ou das autarquias.

Também deverá preparar o programa funcional de cada uma



das novas lojas, assim como os procedimentos pré-contratuais para aquisição dos serviços de adaptação do modelo de referência aos diferentes espaços contratualizados e dos bens e serviços considerados indispensáveis à reconfiguração destes espaços.

Segundo o Governo, caberá ainda a esta estrutura coordenar a execução dos contratos celebrados para a execução do plano de expansão.

Novo campus da justiça de Lisboa em 2009

O MINISTRO Alberto Costa anunciou que o novo campus da justiça de Lisboa entrará em funcionamento em 2009, representando uma poupança para o Estado, apesar do encargo anual em renda, de 9,6 milhões de euros.

Alberto Costa falava em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros de 30 de Abril, que aprovou a instalação de serviços de justiça no Office Park Expo, no Parque das Nações.

Segundo referiu o ministro da Justiça, serão instalados neste "Office Park Expo" 25 serviços que se encontram actualmente "dispersos por vários locais, muitas vezes sem as condições necessárias para um bom serviço, suscitando despesas de funcionamento elevadas e muitas vezes sem a qualidade de serviço e de acesso desejáveis".

"A medida que agora tomamos visa reunir em 65 mil metros quadrados no Park Office Expo um campus de justiça um novo conceito que abarca



diferentes serviços numa base de maior funcionalidade, menores custos e maior qualidade do lado de quem presta e do lado do utente", disse.

Alberto Costa sublinhou que, com a criação do campus, conseguir-se-ão "importantes economias", já que, frisou, o Estado dispõe actualmente "de 16 arrendamentos, que representam um custo de perto de sete milhões de euros por ano".

"Tem também edifícios integrados no património do Estado que estão

utilizados para estes fins de justiça por vezes sem a necessária adequação e que poderão ser objecto de reutilização ou alienação. Só em matéria de custos energéticos haverá uma economia de 900 mil euros por mês", acrescentou.

Para o novo campus da justiça vão transferir-se tribunais, departamentos de investigação e acção penal, conservatórias, institutos, direcções gerais e uma inspecção geral da justiça, num total de 25 serviços.

Observatório da Emigração deverá ajudar a definir políticas migratórias

ANALISAR os fluxos emigratórios, a situação das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e construir a história da emigração são os objectivos do Observatório da Emigração, uma iniciativa conjunta da Secretaria de Estado das Comunidades e do ISCTE que implicará um investimento anual de 75 mil euros.

O protocolo de criação deste observatório, que constituirá, nas palavras do secretário de Estado, António Braga, um "momento de viragem" para as comunidades portuguesa no estrangeiro, realizou-se no passado dia 7 de Maio, em Lisboa.

"Finalmente vamos ter condições para, com credibilidade e rigor científico, podermos abordar esta matéria e conhecer com profundidade as razões que levam um cidadão português a sair de Portugal", declarou António Braga, para quem a nova entidade poderá ser "um instrumento importante na internacionalização da economia portuguesa".

"Quando Portugal atravessa desafios decisivos como a internacionalização da economia, e sabendo que estão identificadas



cerca de 120 mil empresas de portuguesas no estrangeiro, podemos perceber melhor até que ponto o Observatório da Emigração pode ser uma plataforma para a nossa economia", vinco.

Por outro lado, o Executivo socialista prevê também que os dados obtidos pelo observatório possam ser utilizados no apoio às políticas relativas à emigração e às comunidades portuguesas.

Refira-se que o trabalho que será produzido pelo observatório, no que respeita à história dos emigrantes, será exposto no futuro

Museu da Emigração, a ser criado pela Secretaria de Estado das Comunidades.

No âmbito desta iniciativa, será também criado um portal na Internet, onde será disponibilizada toda a informação recolhida.

A iniciativa pretende dar resposta a várias questões, nomeadamente quantos portugueses existem no estrangeiro e quais os motivos que os levaram a sair de Portugal.

O Governo estima que existam 5,5 milhões de emigrantes portugueses.

Novo paradigma da política habitacional apresentado a municípios

Apostar na reabilitação e na qualificação do parque habitacional, nas parcerias público-privada e na dinamização do mercado de arrendamento são as principais orientações contidas no Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, um documento que consubstancia uma vontade governativa de viragem radical no sector.



SEGUNDO o secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão, as futuras políticas de habitação passarão a obedecer a um novo paradigma que vai romper com o passado.

O governante falava em Coimbra, no final da apresentação aos municípios deste documento-proposta, durante a qual garantiu que o Executivo socialista está empenhado em atribuir ao sector a centralidade que não tem tido e em “ir à raiz dos problemas para os resolver”, sem esquecer o que de bom está feito no terreno, até porque “uma alteração tão profunda como esta não pode ignorar que há comportamentos que não vão mudar de um dia para o outro”.

Assim, o Plano Estratégico de Habitação, que será colocado à discussão pública em Setembro e aprovado pelo Conselho de Ministros até ao final deste ano, contemplará um período de transição, como salvaguarda de sucesso para as novas medidas.

A proposta, elaborada por uma equipa de técnicos especializados composta por Isabel Guerra, Augusto Mateus e Nuno Portas, recomenda a dinamização do mercado de arrendamento público e privado através de medidas de incentivo à oferta e procura, contempla o reforço do parque habitacional a custos controlados para venda e a reabilitação das casas existentes.

No documento, a equipa técnica sublinha igualmente que a parceria público-privada é “indissociável” das políticas de habitação e aponta para a necessidade de ajustar a oferta à procura de casas, sugerindo a aquisição pública de imóveis para arrendamento a famílias de baixos recursos e a criação de uma bolsa de habitação regional

que articule proprietários e arrendatários.

O papel central das autarquias

Na sessão de apresentação do Plano Estratégico de Habitação, o secretário de Estado João Ferrão destacou o papel essencial que cabe, neste novo paradigma, às autarquias, ao afirmar que elas “estão na linha da frente” das futuras políticas da habitação, daí derivando que a primeira apresentação lhes fosse dirigida e que tivesse sido preparada em conjunto com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Para João Ferrão, os programas locais vão permitir “pensar de forma estratégica as necessidades de habitação de segmentos da população que devem ser apoiados e de soluções que devem ser mobilizadas” e “vão também ser um instrumento fundamental para os próprios municípios contratualizarem determinados apoios”.

Nesta ordem de ideias, reconheceu que o Plano Estratégico de Habitação envolverá “novas responsabilidades das autarquias e um reformular de competências entre o Estado e os municípios”.

No âmbito da preparação do Plano Estratégico de Habitação, Ferrão adiantou que terão lugar reuniões temáticas com cooperativas, ONG’s e promotores, numa perspectiva da governação “em rede” que ele corporiza.

Na sessão de apresentação do Plano Estratégico da Habitação, que contou com a participação de alguns autarcas e técnicos municipais, a representação da ANMP coube à vogal do Conselho Directivo, camarada Maria da Luz Rosinha, que aproveitou a ocasião para vincar a necessidade articular as políticas

de habitação com as relativas ao sector social, atendendo nomeadamente à precariedade do emprego, que leva a situações de despejo, e à ausência de meios financeiros dos proprietários para promover a reabilitação dos seus imóveis.

Casas devolutas e edifícios degradados serão penalizados

Outra novidade do Plano Estratégico da Habitação prende-se com a indicação de penalizar a nível fiscal quem tiver casas devolutas ou edifícios degradados e beneficiar quem os reabilitar.

“Já temos versões provisórias, não só desse programa, mas também do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e o nosso objectivo é ter estes documentos prontos para estarem eficazes no segundo semestre”, adiantou Ferrão à Imprensa.

O Proreabilita permitirá certificar as obras de recuperação de imóveis conferindo, no final, o acesso à actualização das rendas no âmbito do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) a todos os senhorios que as tenham realizado.

Além disso, deverá ainda apoiar as obras de recuperação das casas de agregados familiares carenciados que tenham sido intimados a fazer obras.

Ainda no que à reabilitação respeita, ganham força os processos de renovação ou regeneração de áreas periurbanas onde os problemas de degradação não residem apenas nas habitações, mas envolvem igualmente as condições sociais e do ambiente urbano, à semelhança do programa “Bairros Críticos”, que abrange a Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto). M.R.

OPINIÃO



CELSO GUEDES DE CARVALHO
celso.carvalho@netcabo.pt

É importante que os cidadãos do Norte tenham consciência de que, muito embora nos enfrentemos diariamente com títulos mediáticos depressivos, a “nossa terra” possui imensos casos de sucesso nacional e internacional

ACREDITAR NO NORTE – I

PORTUGAL é por hábito um país onde impera o pessimismo.

Somos demasiados... sem confiança e a desvalorizar a nação.

A facilidade com que destacamos o sofrimento, a forma ligeira com que generalizamos as ameaças e os perigos, leva-nos a aceitar passivamente que só o que é desgraça é notícia.

Ao longo da história mostramos ser um povo de vontades firmes, de força e de capacidades imensas. Superamos dificuldades e já demos provas de que podemos ir muito mais além.

Somos um grande país e cabe-nos a nós, portugueses, lutar para que assim permaneça. Temos que ter orgulho em ser quem somos e no que fazemos, mas acima de tudo, devemos fazer respeitar colocando de lado a atitude menosprezista que nos auto-infligimos constantemente.

A Região Norte, tal como outras, enfrenta diariamente imensas dificuldades. Todavia, enquanto uns tem como desporto nacional a procura de fraquezas, existem, felizmente, outros que buscam oportunidades. São estes que aqui aproveitamos para destacar.

É importante que os cidadãos do Norte tenham consciência de que, muito embora nos enfrentemos diariamente com títulos mediáticos depressivos, a “nossa terra” possui imensos casos de sucesso nacional e internacional. Alguns são mesmo considerados os melhores do mundo no seu sector.

Pela impossibilidade de referir todos os imensos casos de sucesso destaco apenas as empresas e instituições do distrito do Porto que, pela sua capacidade de resistência, evolução, conhecimento e pro-actividade, merecem ser orgulhosamente anunciadas:

- Ach Brito: os sabonetes de luxo da fábrica Ach Brito estão presentes nos melhores hotéis do mundo, em lojas de design e decoração, em mais de vinte países, nos cinco continentes;

- Actua Software: líder incontestado no software de controlo de assiduidades e de acessos;

- ADIRA: maior fabricante ibérico de máquinas de corte e dobragem de chapa, trabalham com a US Navy e NASA e empregam 250 colaboradores;

- ALERT: o seu software clínico (100% nacional) foi adoptado por 75 hospitais e 100 centros de saúde, a sua Alert está em 26 países e é já a maior empresa do sul da Europa neste segmento, tem um crescimento de cerca de 100% ao ano e 400 colaboradores;

- Alliance HealthCare: líder na distribuição de medicamentos nas farmácias, está presente em mais de 14 países, já atingiu um volume de vendas de 627 milhões de euros;

- Andante: único no país, um só título de transporte, um só preço e uma só rede de vendas;

- António Meireles, SA: líder no fabrico de fogões e placas vitrocerâmicas em Portugal;

- BA: segundo maior fornecedor de embalagem de vidro da Península Ibérica;

- Banco Comercial Português: maior banco privado português, membro da Euronext 100, é proprietário do Millennium Bank (Polónia e na Roménia) e do maior banco moçambicano;

- Bial: maior grupo farmacêutico português, responsável pelo primeiro medicamento cem por cento português, investe 230 milhões de euros em I&D, 650 colaboradores altamente qualificados;

- BPI: quarto maior grupo financeiro privado Português, activos de 36.4 biliões de euros, 1.3 milhões de Clientes, 542 balcões, líder na actividade de banca comercial em Angola;

- Bullet Solutions: pioneira na geração de horários escolares automáticos e optimizados (Bullet Time-Tabler Education) e na geração de escalas médicas (Bullet Time-Tabler Medical);

- CEIIA: desenvolveu, desde a fase de estilo até à prototipagem final, o automóvel Vinci GT que está dotado de equipamentos e tecnologias únicas a nível mundial;

- Cerâmica de Valadares: lançou recentemente um projecto de €50 milhões para melhorar a produtividade na sua fábrica, o mercado dos Emirados Árabes representa já 10% das suas vendas e emprega cerca de 550 pessoas;

- CGC: primeiro Laboratório privado de Genética Médica em Portugal, 1.600 m² de área, tem acordos com hospitais e clínicas de todo o país e estrangeiro, disponibilizam mais de mil testes genéticos diferentes e processam cerca de 3600 análises por mês;

- CIN: um dos principais intervenientes no mercado das tintas e vernizes, liderando o mercado nacional desde 1992 e o mercado ibérico desde 1995;

- CHIP7: só no ano passado receberam o prémio para Melhor Assistência Técnica, Menções honorosas para Melhor ponto de venda de Hardware, Melhor site nacional de Comércio Electrónico e Melhor marca de PC nacional;

- Corticeira Amorim: está presente em 103 países, comercializa cerca de 30% da produção mundial de cortiça, líder mundial em todos os segmentos de produtos desta indústria;

- CPCHS: desenvolve todos os produtos que comercializa e possui hoje a mais vasta e diversificada oferta portuguesa para o sector da Saúde, é o fornecedor de Tecnologias de Informação líder em Portugal, é o promotor líder do projecto TECNOVOZ;

- Efavec: está presente em 65 países, criou o EuTemp para a ESA (Agência Espacial Europeia), um espectrómetro para a missão BepiColombo a Mercúrio e um aparelho para testar o comportamento de materiais em ambiente espacial;

E todas estas empresas estão sediadas no distrito do Porto. E são apenas as primeiras vinte de um total de sessenta que seleccionarei e que apresentarei numa próxima edição do “Acção Socialista”.

É este o norte que me motiva.

OPINIÃO



ANTÓNIO FERNANDO MOREIRA
Membro da Comissão Política da Federação do Porto
Militante n.º 14905

Foi com alguma surpresa que constatamos uma nova investida do Governo no sector das obras públicas, o mesmo é dizer, na construção de novas vias rápidas, auto-estradas, IC's e IP's

O NOSSO FUTURO COMUM

TENDO em conta o estado do nosso planeta, as alterações climáticas decorrentes do uso indiscriminado de combustíveis fósseis questionam a comunidade nacional e internacional sobre as alternativas que a curto médio prazo se nos apresentam.

Num outro espaço que não este, alertávamos para os desequilíbrios que a aposta no biocombustível poderia trazer ao frágil equilíbrio das economias, sobretudo as dependentes de sistemas agrícolas de subsistência e sobre os sinais perniciosos que países industrializados e, nomeadamente, a União Europeia estavam a dar aos países em desenvolvimento.

Retenhamo-nos um pouco no caso de um país lusófono.

A Guiné-Bissau conseguiu, durante décadas, manter índices satisfatórios de abastecimento próprio de arroz, sustentáculo da alimentação dos seus habitantes. Com a chegada da independência e a desarticulação do seu, já de si deficiente, sistema produtivo, foi evidente a necessidade de intervenção do Fundo Monetário Internacional. Decisão salomónica deste omnipresente organismo: para diminuir a paupérrima balança comercial da Guiné era preciso substituir a cultura de arroz por algo “mais valioso” a nível internacional: no caso a castanha de caju, espécie infestante que não carece de qualquer tipo de intervenção humana.

Na altura, o preço deste produto nos mercados internacionais era bastante apelativo e a “bondosa” sugestão foi seguida à risca e tudo parecia correr bem, excepção feita ao facto de a Guiné ter começado a importar arroz, embora a preços reduzidos.

Só que as condições do mercado internacional alteraram-se. O preço do arroz foi subindo face ao aumento da procura enquanto o preço do caju, tendo em conta o aumento da produção mundial, foi baixando progressivamente.

Actualmente, a Guiné-Bissau continua a ser um dos países mais pobres do continente africano e do mundo, a sua população continua a viver lado a lado com a pobreza, com a agravante de ter desistido de um dos poucos produtos que lhe garantia algum conforto em termos de subsistência alimentar: o arroz.

Vem isto a propósito dos incentivos que a Comissão Europeia se propunha atribuir à substituição da cultura de cereais por culturas passíveis de serem transformadas em biocombustíveis.

Mas, contrariando aqueles que vêm na livre concorrência a origem de todos os males das sociedades modernas, por vezes é o próprio mercado que se encarrega de corrigir algumas estratégias “bem intencionadas”. O mercado mundial de cereais encontra-se em pré-rotura.

É pois de saudar o recuo forçado da Comissão Europeia nesta matéria, ficando todavia a pergunta do porquê da persistência na recusa de incentivos à produção de cereais por parte da UE. Todos sabemos que os potentados agrícolas de Europa não se especializaram neste tipo de produção, mas em prol do bem comum europeu e da nossa própria independência alimentar, não será o momento de se repensar este tipo de estratégia?

Vem tudo isto a propósito duma questão que se prende com o nosso quotidiano português e que tem a ver com a forma como podem ser articulados factores como:

- a nossa forte dependência externa em matéria de combustíveis;
- a política de transportes;
- as metas definidas no Plano Nacional para as Alterações Climáticas;

- as últimas decisões do Governo PS no que se refere à implementação das obras definidas no Plano Rodoviário Nacional.

Foi com alguma surpresa que constatamos uma nova investida do Governo no sector das obras públicas, o mesmo é dizer, na construção de novas vias rápidas, auto-estradas, IC's e IP's.

Fazendo um balanço do investimento previsto verificamos que:

1. Para uma faixa litoral do território com uma largura de 50 quilómetros se encontram previstos investimentos públicos e privados num montante superior a 4,1 mil milhões de euros – Douro Litoral, AE do Centro, Litoral Oeste, Baixo Tejo, Baixo Alentejo e Algarve Litoral.

2. Para o interior do país encontram-se previstos investimentos rondando os mil milhões de euros – Túnel do Marão e conclusão do IP2.

Se, para o Interior, tendo em conta a deficiente rede rodo-ferroviária existente, se aceitam os investimentos propostos, os investimentos anunciados para o litoral parecem-nos a todos os títulos exagerados. Sobretudo tendo em conta a ausência de investimentos significativos, desde o Governo PS liderado por António Guterres, na ferrovia face à importância que a mesma poderia ter na ligação entre centros populacionais de média e grande dimensão.

É significativo o número de quilómetros de ferrovia que cobre grande parte do país.

Cabe aqui perguntar se a mesma está em condições de cumprir as novas funções que se lhe exige e, em caso negativo, qual a razão para tal e quanto custaria ao erário público promover a sua modernização em prol das populações e do tecido industrial nacional.

São conhecidos os resultados da aposta na ferrovia em países muito mais desenvolvidos do que Portugal. No Reino Unido o comboio bate recordes em termos de utilização superando os valores atingidos durante um período de grave crise como foi o período da Segunda Guerra Mundial.

Em Portugal, restringe-se a modernização ferroviária à estratégia da Alta Velocidade e à subsequente modernização da Linha do Norte e sua afectação aos comboios suburbanos, regionais e de mercadorias. Mas será isto suficiente?

Não estaremos, tal como acontece hoje com a Ponte Vasco da Gama ou com alguns troços de auto-estrada espalhados pelo nosso Portugal, a potenciar a construção de vias sobredimensionadas para meia dúzia de utilizadores-pagadores, descurando a modernização das estradas nacionais e da infraestrutura ferroviária existente?

E como se compagina esta estratégia com o constante aumento do preço dos combustíveis, com o preço de automóveis menos poluentes, com o depauperado poder de compra da classe média urbana? Será que estamos todos à espera de encontrar petróleo no Beato? E encontrando-o, será que mandamos às malvas os compromissos internacionais visando o cumprimento das metas definidas pela União Europeia no que à estratégia de Quioto diz respeito?

Espero bem que não e que o Governo socialista, ou seja o Governo com que todos nós nos identificamos, dê proximamente sinais de que, nesta como noutras matérias estruturantes para o nosso futuro colectivo, está atento e disponível para afirmar políticas coerentes de rotura e de modernidade.

Até porque o dia da Terra são todos os dias.

PS defende avaliação de leis relacionadas com violência doméstica

OS SOCIALISTAS querem uma “rigorosa avaliação” da aplicação das leis que prevêm a protecção das vítimas de violência doméstica e a punição dos agressores, uma proposta de exigência que mereceu o consenso de todos os partidos com assento parlamentar.

“Tendo presente o primado dos direitos humanos, dramaticamente posto em causa pelo número de vítimas de violência doméstica registado em 2008, propõe-se uma rigorosa avaliação da aplicação das leis, sobretudo das suas alterações mais recentes e dos seus resultados”, defendeu a deputada independente eleita pelo PS Maria do Rosário Carneiro, numa declaração política, no plenário da Assembleia da República.

Assim, o PS propõe ao Governo que dê prioridade na próxima avaliação semestral, a realizar pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, ao impacto da aplicação neste âmbito dos Códigos Penal e de Processo Penal, “para dela poder retirar



em tempo oportuno as devidas consequências”.

Recordando dados divulgados pela UMAR no início da semana, que dão conta que 28 mulheres foram vítimas de tentativa de homicídio nos primeiros quatro meses de 2008, em Portugal, 17 das quais morreram e 11 estão em estado grave, Maria do Rosário Carneiro sublinhou ainda o “aumento real” da violência, contrariando as expectativas.

No final da declaração política, Maria do Rosário Carneiro sublinhou que “a avaliação da aplicação das leis é crucial para garantir a sua maior eficácia”.

Deputadas socialistas querem Convenção sobre a Deficiência

CELESTE Correia e Isabel Santos questionaram o Governo sobre qual o prazo previsto pelo Governo para apresentação à Assembleia da República, para ratificação, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que entrou em vigor a 4 de Abril.

Em requerimento, as duas deputadas socialistas lembram Portugal foi um dos primeiros países a subscrever esta convenção e o seu protocolo facultativo, em Março de 2007, sublinhando que este documento visa “promover, proteger e garantir o pleno e equitativo exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, proibindo a sua discriminação em todas as áreas da vida e obrigando os governos a adoptar medidas específicas que garantam o seu efectivo reconhecimento e exercício”.

Através desta Convenção, acrescentam, “os diferentes governos são levados a introduzir alterações



legislativas no sentido de promover o acesso das pessoas com deficiência à educação e ao emprego e à informação e sistemas de saúde adequados”.

Para as deputadas socialistas, “a assinatura desta convenção é lida por todos como um importante sinal do empenho de Portugal no respeito pelos direitos humanos dos cidadãos com deficiência, na promoção da igualdade de oportunidades e da plena inclusão social destes cidadãos, quer a nível interno, quer a nível europeu e internacional, podendo colocar-se na vanguarda no seio das organizações de que faz parte.” J. C. C. B.

Inaugurado Parque Urbano de Albarquel

POLIS DE SETÚBAL

INSERIDO no âmbito das intervenções do Programa Polis para a cidade de Setúbal, foi inaugurado no passado dia 9 o novo Parque Urbano de Albarquel, numa cerimónia que contou com a presença do ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia.

O Parque Urbano de Albarquel, com um investimento de 3,7 milhões de euros, é um espaço verde urbano de 3,5 hectares, marcante para a cidade, numa lógica que privilegia o usufruto de momentos de lazer, lúdicos e desportivos para pessoas de todas as idades, e num equipamento que esta-



OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

A "agenda de mudança para a sociedade portuguesa", consubstanciada pelo Plano Tecnológico, está, pois, mais viva do que nunca e vai mostrando todos os dias os seus resultados

belece uma ligação importante entre as zonas urbanas da cidade e as praias da costa da Arrábida, com início na praia de Albarquel.

Ocupando o espaço do antigo parque de campismo

"Toca do Pai Lopes", o novo parque estende-se numa faixa compreendida entre a EN 10 e o estuário do Sado.

A intervenção do Programa Polis em Setúbal abrange um território com uma

área total de 70 hectares, correspondente a uma extensa faixa ribeirinha urbana compreendida entre a doca das Fontainhas, a nascente, e a praia de Albarquel, a poente.

A requalificação da principal avenida setubalense, a Luísa Todi e a alteração da rede viária, a reformulação da Praça José Afonso, a construção do Parque Urbano de Albarquel e a deslocalização dos actuais estaleiros navais são as principais obras do programa.

O projecto Polis Setúbal corresponde a um investimento global de 29,2 milhões de euros, com conclusão prevista para Dezembro de 2008.

Tomaram posse as comissão política do PS de Arganil e Penamacor

NA SEQUÊNCIA das eleições para a Comissão Política Concelhia (CPC) de Arganil do PS, realizadas em 19 de Abril, Eugénio Tavares Fróis foi reeleito presidente desta estrutura.

Muitos militantes e simpatizantes deslocaram-se à sede do partido em Arganil, no passado dia 11 de Maio, para a tomada de posse dos novos dirigentes, demonstrando a enorme vitalidade e popularidade que os socialistas desfrutam nesta região.

Em cerimónia presidida pelo presidente da Federação de Coimbra, Vítor Batista, o camarada Horácio Antunes, do Secretariado da Federação, começou por fazer uma alusão ao actual momento político nacional, chamando a atenção para as reformas que o Governo do PS tem vindo a protagonizar, que na sua opinião, "há muito o país vinha a reclamar", deixando uma mensagem de esperança quanto ao futuro e alertando



para a necessidade do PS se mobilizar em torno dos desafios que se aproximam.

Eugénio Tavares Fróis, o reeleito presidente da Comissão Política Concelhia, disse que depois do primeiro mandato, que caracterizou com um período em que a tônica principal foi dada à organização, é agora tempo do que designou de "momento da mudança" que terá de passar, como sublinhou, "a par da duplicação do número de militantes", por empreender um trabalho específico tendo em vista o futuro, preparando

o PS para as batalhas eleitorais que se avizinham.

A actual situação política em Arganil foi o mote para a intervenção de Vítor Batista, presidente da Federação de Coimbra, que se referiu ao facto do PS ser um "partido de ideias e de princípios", em que a história e a memória "representam valores a preservar", pelo que a seu tempo, disse, "serão apresentados os melhores candidatos em listas próprias do PS".

O reeleito presidente da Concelhia, cujo mandato se

estenderá pelos próximos dois anos, já garantiu que um dos seus principais objectivos será a preparação dos actos eleitorais que decorrerão durante o ano de 2009 para o Parlamento Europeu, legislativas e autárquicas.

Também em Penamacor, e perante o testemunho de dezenas de militantes e simpatizantes presentes na sede concelhia, foi empossada a Comissão Política Concelhia, numa sessão que contou ainda com a presença de vários dirigentes distritais e do presidente da Federação e autarca de Castelo Branco, Joaquim Morão.

Enquanto o presidente da CPC, Porfírio Correia Saraiva, apelou ao trabalho dos socialistas alertando-os "para os desafios eleitorais que se aproximam", o presidente da Federação e edil de Castelo Branco, Joaquim Morão, preferiu salientar a "importância e as tradições democráticas do Partido Socialista de Penamacor". R.S.A.

Eleições internas revelam partido coeso e mobilizado

AS ELEIÇÕES dos dirigentes das concelhias continuaram em vários distritos, num processo que culminará no dia 7 de Maio com a escolha das comissões políticas concelhias da área da Federação de Bragança. Unidade, diversidade, participação têm marcado estas eleições internas, que constituem um marco importante para a mobilização dos socialistas com vista aos desafios eleitorais em 2009.

Federação Regional do Oeste (FRO)

Na Federação Regional do Oeste

(FRO) só houve listas únicas nas eleições para os órgãos dirigentes das seis concelhias. Assim, em Alenquer foi eleito presidente da Concelhia João António Hermínio, em Arruda dos Vinhos ganhou o camarada Casimiro Ramos, no Cadaval venceu Maria João Botelho, na Lourinhã ganhou José Manuel Custódio, em Sobral de Monte Agraço foi eleito Armando José Carço Custódio e em Torres Vedras venceu Carlos Manuel Soares Miguel.

Castelo Branco

Em Castelo Branco, completou-se o

processo de eleição dos órgãos dirigentes das concelhias. Em Penamacor e Fundão, foram eleitos presidentes das concelhias, respectivamente, Porfírio Saraiva e Victor Cunha. Em ambas as concelhias só se apresentou uma lista a sufrágio.

Barcelos (Federação de Braga)

As eleições para a Concelhia de Barcelos, distrito de Braga, decorreram no dia 19 de Abril, tendo concorrido duas listas, a lista A liderada por Horácio Barra e a lista B encabeçada por Domingos Pereira. Venceu a lista B liderada por Domingos Pereira.

AGENDA DE MUDANÇA

A ANÁLISE de *rankings* e relatórios internacionais da responsabilidade de entidades independentes, dão-nos, muitas vezes, importantes informações relativamente aos impactos de determinadas opções políticas. No entanto, essa análise não se deverá reduzir à identificação da posição global de Portugal no *ranking* como muitas vezes se vê na comunicação social. De facto, há indicadores específicos em cada uma dessas publicações que nos dão relevantes sinais do que vai acontecendo em áreas muito concretas.

O dia 9 de Abril ficou marcado pela publicação de dois importantes relatórios: o Global Information Technology Report 2007-2008 (GITR) do World Economic Forum e o E-readiness *rankings* 2008 da Economist Intelligence Unit.

Em traços muito gerais, relativamente ao GITR, refira-se apenas que incorpora um índice designado por Networked Readiness Index (NRI) e que tenta medir o grau de preparação, participação e desenvolvimento de um país ou região no aproveitamento que faz das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Numa lista de 127 países, Portugal ocupa a 28ª posição, sendo de sublinhar que, por exemplo, Portugal é o segundo país dos 127 cujo governo mais importância dá às TIC na formulação da sua visão de futuro; Portugal ocupa o 12º lugar em termos de capacidade da Administração Pública em utilizar as TIC; Portugal está na 9ª posição no indicador relativo ao tempo necessário para a abertura de uma empresa e na 10ª posição na utilização das TIC por parte da Administração Pública e respectiva eficiência.

Já no e-readiness, que pretende medir a qualidade das infra-estruturas TIC dos países analisados, bem como as competências dos consumidores, das empresas e da Administração Pública para a utilização das TIC em seu benefício próprio, Portugal ocupa a 27ª posição numa lista de 70 países. Afinando a análise, percebemos que, por exemplo, em matérias de Serviços Públicos Online disponíveis para Empresas, Portugal obteve a avaliação máxima apenas com mais dois países e no que concerne à estratégia de Governo Electrónico, Portugal conseguiu igualmente a avaliação máxima, desta vez juntamente com mais seis países.

Ora, estes são apenas mais dois exemplos de que as coisas estão hoje bem diferentes. Claro que a tarefa de modernização do país não é apenas do Governo nem da Administração Pública. No entanto, o que estes dois importantes relatórios mostram é que o Governo de Portugal e a Administração Pública portuguesa têm cumprido o seu dever, têm feito o que está verdadeiramente ao seu alcance, ou seja, têm dado o exemplo a este nível de actuação. A "agenda de mudança para a sociedade portuguesa", consubstanciada pelo Plano Tecnológico, está, pois, mais viva do que nunca e vai mostrando todos os dias os seus resultados! E não é o Governo que o diz!

“É nas acessibilidades o para a solução dos p

AMÉRICO PEREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VINHAIS

A produção de energia eólica no Parque Natural de Montesinho resolveria grande parte dos problemas do concelho de Vinhais. Esta é a opinião do presidente da Câmara local, para quem o Centro Tecnológico constitui um dos pilares do desenvolvimento que almeja.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Américo Pereira considera, contudo, que a chave para a solução da maioria das dificuldades vividas por Vinhais está nas acessibilidades.

MARY RODRIGUES

Conhecidos que são os problemas relacionados com a interioridade e com desertificação humana do concelho, mas também a sua riqueza natural, hidrológica, cultural e gastronómica, quais os desafios que, como edil, considera prioritários para Vinhais enfrentar?

Vinhais tem algumas potencialidades que, devidamente exploradas, fariam deste concelho uma terra de desenvolvimento: Na natureza tem o Parque Natural de Montesinho, na gastronomia o fumeiro e a castanha, a par da pesca, da caça e de uma cultura riquíssima.

No entanto, o efeito potenciador não se verifica porque as pessoas continuam a ser atraídas para o litoral e o território está cada vez mais desertificado e sem gente não há nada.

Sem minimizar o esforço feito, é urgente responder ao desafio de criar uma estratégia para desenvolver o interior do país. Todos os portugueses teríamos a ganhar com isso.

Qual é a estratégia que o seu Executivo tem seguido no sentido de viabilizar o difícil equilíbrio entre conservação da natureza e da biodiversidade e desenvolvimento económico do município?

Esse equilíbrio existe e vai manter-se. Em princípio não há qualquer perigo. No entanto, face ao Plano Director do Parque Natural de Montesinho, que está para aprovação, a população e eu próprio, temos receios de que o plano proposto possa trazer algum desequilíbrio.

O plano que nos propõem tem como estratégia de conservação o abandono das culturas, o reduzir das explorações agrícolas, a defesa de espaços não acessíveis.

Ora, o que vai acontecer é termos um território despovoado e os cam-

pos abandonados, um cenário ideal para os incêndios.

Esta questão de equilíbrio entre desenvolvimento e biodiversidade, coloca-se, não a um concelho com 700 mil metros quadrados de área para 12 mil habitantes, mas a uma classe que precisa de acautelar os seus interesses económicos e pessoais.

De que forma contribuirão para o crescimento e desenvolvimento de Vinhais iniciativas anunciadas recentemente pela autarquia, como a criação de um Centro de Inovação Tecnológica e Valorização Industrial do Norte, o Balcão Único do Agricultor e o projecto de aproveitamento dos resíduos florestais e de matadouro para fins energéticos?

Esses são três projectos que estão em andamento, sendo que o balcão único do agricultor já está a funcionar e com grande sucesso.

O Centro Tecnológico é algo que muito nos interessa, porquanto actualmente a área que mais pessoas ocupa é o fumeiro, a castanha e a criação de algumas raças autóctones.

Para crescermos será preciso acrescentar mais valor aos nossos produtos, isto é, produzir mais, transformar mais e com menos custos. E, para que isso seja possível, torna-se essencial transferir conhecimentos.

O projecto energia/biomassa é de extrema importância, já que o concelho é um grande produtor florestal, sendo a floresta uma fileira estratégica.

No seu entender, o novo enquadramento jurídico das finanças locais tem contribuído ou pode contribuir para concretizar esses e outros desafios?

Não direi que não ajuda, mas não é decisivo. O país tem que ser solidário. O interior sempre deu mais ao litoral do que recebeu, basta pensarmos no grande potencial



“Onde se encontra a chave para resolver os problemas de Vinhais”



humano que ao longo dos anos foi enriquecendo as cidades ao mesmo tempo que empobrecia o interior.

Assim, está na altura de avançarmos com uma boa estratégia de solidariedade, sem preconceitos e sem sujeições a calendários eleitorais.

Isto seria bom para o interior, mas seria ainda melhor para o litoral.

É preciso agir já. Penso que, dentro de poucos anos não haverá remédio. Não é possível adiar por mais tempo essa decisão.

Inovação e competitividade são hoje palavras de ordem para um desenvolvimento e crescimento económico sustentáveis. Nesta ordem de ideias, tem a Câmara Municipal procurado apoiar iniciativas e promover parcerias estratégicas?

Os concelhos de Vinhais e Bragança têm excelentes condições para produção de energia eólica.

Todos os dias somos procurados por investidores, no entanto esbarramos em dois pilares: Por um lado, temos a posição dos fundamentalistas que gritam em voz alta que eólicas no Parque Natural de Montesinhos nem pensar. Pelo outro lado, temos as posições do próprio Governo que não interfere junto da REN para construir pontos de ligação.

Por assim dizer, temos o “petróleo” mesmo ali ao lado e não podemos tirar partido disso. Isto é inacreditável... Com estes recursos aproveitados, estavam resolvidos parte dos nossos problemas.

Quais os progressos que, durante o seu mandato, podem assinalar-se nas áreas caras aos socialistas como qualificação, solidariedade, família, saúde, habitação, cultura e desporto?

Como autarca de Vinhais, digo que todas as áreas de governação são muito caras e importantes, porque as câmaras têm que funcionar como as grandes impulsionadoras de toda a actividade do concelho, inclusivamente a económica.

Acabamos de qualificar o Centro Histórico. Estamos a reabilitar os imóveis de interesse arquitectónico. Damos todo o apoio ao nível de alimentação nas escolas, transportes escolares, livros. Estabelecemos parcerias para a construção de Unidade de Cuidados Continuados, um investimento que só foi possível graças ao empenho do ministro da Saúde, António Campos, a quem muito agradecemos.

Estamos também a apresentar uma candidatura para a construção de habitação social, tendo sido já entregue o projecto para o primeiro relvado, entre muitas outras iniciativas que poderia assinalar.



“A anunciada auto-estrada para Bragança é fundamental”

“Para crescermos será preciso acrescentar mais valor aos nossos produtos, isto é, produzir mais, transformar mais e com menos custos”

É preciso dizer que em Vinhais se vive muito bem, graças ao esforço da autarquia, do Governo e dos habitantes locais. Mas, é muito estranho verificar que sendo isto um paraíso, as pessoas não se fixem cá. Algo está mal.

No que diz respeito às acessibilidades e, mais especificamente à revisão do Plano Rodoviário Nacional, espera que o Governo liderado pelo camarada José Sócrates seja receptivo às reivindicações de Vinhais de uma futura ligação à auto-estrada trasmontana e de melhorias nas ligações entre o concelho e Mirandela?

Ora aí está! É nas acessibilidades onde se encontra a chave para a solução dos problemas de Vinhais.

Ensina-nos a história que, desde os tempos dos romanos, foram os rios e as estradas que desenvolve-

ram certas localidades.

Uma boa via de comunicação garante o sucesso económico, social e cultural de qualquer localidade.

Mas, se não for construída a tempo e horas e se se constroem outras próximas, as localidades que não foram servidas, além de não crescerem, verão regredir e será uma tragédia.

Por isto, a anunciada auto-estrada para Bragança é fundamental. Todavia, se antes não forem construídas as ligações a essa via, a região no seu todo ficará mais pobre e as localidades não servidas estão condenadas sem apelo.

Ligar Vinhais a Mirandela é uma obra barata e fundamental, assim como uma estrada nova entre Vinhais e Bragança, já que o actual traçado não deve ser recuperado.

Mas, se há uma estrada estruturante para a região, para o norte do

país e para os países ibéricos, essa é a ligação Chaves – Bragança em auto-estrada.

Espero que na próxima revisão do Plano Rodoviário Nacional tal se venha a verificar.

Qual o balanço que faz da sua experiência no exercício do poder local e quais os repto pessoais que se propõe assumir a curto e médio prazos?

Tenho feito o que posso e tenho sido ouvido pelos nossos governantes em alguns aspectos.

Percebo que o nosso primeiro-ministro, homem de grande coragem, determinação e competência, não tenha tido grandes condições para atacar de vez os problemas do interior.

O meu grande desejo e ambição é que um dia leia uma notícia que me faça gritar “isto agora vai”.

OPINIÃO



FERNANDO VASCO
Presidente da Concelhia do
PS/Sardoal e
Dirigente nacional do PS

Somos hoje reconhecidos, pelo nosso trabalho junto das populações, como uma alternativa credível ao PSD, no Sardoal, em 2009

2009 É JÁ AÍ...

DE 1976 até à presente data o Partido Socialista foi sempre o partido vencedor nas eleições legislativas no concelho do Sardoal.

No que concerne às eleições autárquicas o eleitorado Sardoalense tomou duas opções distintas: De 1976 até 1993 deu o seu voto ao Partido Socialista fazendo eleger essa grande figura Socialista Francelina Chambel como presidente de Câmara e de 1993 até 2005 o eleitorado optou por eleger o candidato apresentado pelo PSD.

Este caso é paradigmático de como um concelho de base ideológica/social socialista perde as eleições autárquicas em 1993 e só passados 12 anos recomeça a criar condições para poder vencer as próximas eleições autárquicas em 2009.

Importa pois analisar o passado na perspectiva de não repetir os mesmos erros.

Nas últimas eleições autárquicas o PS/Sardoal fez eleger mais um vereador que na anterior legislatura. O executivo camarário ficou constituído por três eleitos do PSD e dois eleitos do PS. O PS passou a ter seis membros eleitos na Assembleia Municipal, contra nove membros eleitos do PSD. A principal e decisiva Junta de Freguesia do Sardoal ficou constituída por cinco eleitos pelo PSD e quatro eleitos pelo PS.

Associado a este resultado deu-se início a um trabalho estruturante e de enquadramento dos militantes do PS/Sardoal. Inaugurou-se em 22 de Setembro de 2006 uma sede do partido, realizaram-se eleições para a Concelhia (2006 e 2008) e elegeram-se os respectivos órgãos próprios. O partido ganhou credibilidade junto dos sardoalenses, quebrou o isolamento, denunciou sistematicamente a falta, pelo actual Executivo, de uma política que garanta o futuro e a sobrevivência do concelho e dos sardoalenses e conquistou espaço junto dos órgãos Comunicação Social.

Somos hoje reconhecidos pelo nosso trabalho junto das populações, como uma alternativa credível ao PSD, no Sardoal, em 2009.

É hoje claramente visível a existência de uma política do Executivo que se caracteriza pela ausência de projectos, por falta de uma cultura inter-municipalista que o impede de compreender a importância que tem o QREN para o desenvolvimento do país e da sua região, pelo endividamento e não pagamento de milhões de euros a fornecedores, a instituições, a associações públicas e a juntas de freguesia.

Por isso, neste pequeno concelho de 3607 eleitores, como em tantos outros, com o mesmo quadro paradigmático, 2009 é uma oportunidade única para proporcionar a melhoria da qualidade de vida das populações, para a implementação de uma política de desenvolvimento sustentado assente no investimento nas áreas da saúde, da educação, na inovação e na introdução de novas tecnologias, no apoio aos empresários e aos diversos tipos de associações da sociedade civil.

Nenhum concelho sobreviverá isoladamente. O tempo de cada concelho, sobretudo os pequenos concelhos, de gastarem o dinheiro dos contribuintes na construção de um sistema exclusivo de abastecimento de água, de uma barragem para uso exclusivo do seu concelho, ou em infra-estruturas desportivas exclusivamente concelhias, ... acabou.

Novos desafios se colocam aos autarcas do século XXI, designadamente a consolidação da supra e inter-municipalidade através da partilha de equipamentos, de infra-estruturas, de transportes colectivos de estruturas de educação, sociais e de saúde.

Daí, assente que está o quadro jurídico que irá presidir ao próximo processo eleitoral autárquico, importa que escolhamos, nos nossos concelhos, de acordo com as responsabilidades estatutárias que resultam da legitimidade do voto, os candidatos ou candidatas que tenham as melhores condições para acreditar e executar um projecto colectivo, certamente diferente em cada concelho, mas como uma matriz comum de desenvolvimento, solidariedade e melhoria das condições de vida das populações, que resulta do facto de, dentro das nossas diferenças, sermos todos Socialistas.

No PS/Sardoal costumamos dizer: 2009 é já aí e até ao anúncio dos nossos candidatos, todos estamos disponíveis e todos somos candidatos. Exortamos as restantes concelhias a seguirem o mesmo princípio.

Milhares de socialistas festejaram, de norte a sul do país, o 25 de Abril participando em inúmeras iniciativas comemorativas da data da liberdade.

NO ALANDROAL, no distrito de Évora, durante um jantar, que reuniu mais de 800 pessoas, João Nabais, actual presidente da Câmara Municipal, anunciou que será de novo candidato nas listas do PS ao mesmo cargo nas autárquicas de 2009.

O salão dos Bombeiros Voluntários foi pequeno para receber todos aqueles que se quiseram associar às comemorações do 34.º aniversário do dia da liberdade, num jantar organizado pela estrutura local do Partido Socialista.

Foram diversas as personalidades que estiveram presentes neste evento, nomeadamente Bravo Nico, deputado socialista na Assembleia da República e Idália Moniz, secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e membro do Secretariado Nacional do PS, que usaram da palavra para realçar o significado político desta iniciativa.

Para o deputado Bravo Nico, a presença maciça de tanta gente, disse, justifica-se, entre outras realidades, pelo facto de se constatar “as muitas transformações positivas que são por demais evidentes no concelho do Alandroal”.

Quanto a Idália Moniz, depois de também se regozijar com a presença de tanta gente, disse que tal se justificava, não só porque se trata de comemorar uma das datas com maior peso e significado para o povo português, mas também, defendeu ainda, “porque todos os pretextos são bons para demonstrar apoio ao trabalho desenvolvido pelo presidente da Câmara Municipal do Alandroal”, que a secretária de Estado adjunta classificou como um homem de “grande talento político, que soube ganhar o respeito do Partido Socialista, do Governo e da população”, pela sua frontalidade e capacidade de luta, em prol dos interesses do seu município e do Alentejo.

Já João Nabais, depois de agradecer as palavras que lhe foram dirigidas, recordou que “ao longo desta caminhada”, muito mais gente se tem vindo a juntar, disse, porque “acredita no nosso projecto de futuro para o Alandroal”, que valoriza o trabalho que a edilidade tem vindo a empreender “em prol de um futuro melhor para a sua terra e para o futuro dos seus filhos”.

Só por má fé “ou outros interesses”, acrescentou, se pode ignorar o valor das obras e das políticas sociais que se têm vindo a fazer no concelho, para mais adiante acrescentar, que “tudo isto se desenvolve” na base de uma “matriz

Socialistas comemor



socialista”, o que obriga a um respeito absoluto pela “equidade e solidariedade, em especial para com os mais carenciados”.

Socialistas evocam Revolução dos Cravos

Também em Fafe a data foi assinalada pela estrutura local do PS com a organização do tradicional jantar evocativo da Revolução dos Cravos.

Centenas de socialistas preencheram por completo o espaço num ambiente de festa e alegria onde a confraternização entre militantes e população em geral não filiada no PS e oriunda das várias freguesias do concelho, assinalou porventura um dos dias mais significativos para a memória colectiva dos portugueses.

Das diversas intervenções, destaque para as palavras de Antero Barbosa, presidente da Comissão Política do PS de Fafe, que começou por se regozijar com a grande adesão de militantes e da popu-

lação em geral à festa organizada pelos socialistas, facto que em sua opinião, representa “um sinal claro de união e de força do partido”.

Num momento evocativo de uma data que “diz muito aos socialistas”, acrescentou, assume particular destaque que tantos socialistas e tantos habitantes deste município, sem filiação partidária conhecida, tenham comparecido numa iniciativa do PS, sobretudo, como recordou, num período em que se aproxima mais um acto eleitoral em que o PS “foi, é e será sempre, uma referência incontornável para a confiança dos habitantes de Fafe e dos portugueses em geral”.

Antes tinha falado Daniel Bastos, líder da JS de Fafe, que recordou um conjunto de iniciativas que aquela estrutura tem vindo a realizar no âmbito concelhio, destacando a conferência com a eurodeputada Jamila Madeira e o director regional do IPJ/Norte, Vítor Dias, encontros que serviram para abordar temas tão importantes como os programas, instrumen-

Foram em todo o país o 25 de Abril



1. Alandroal
2. Fafe
3. Mirandela
4. Loulé
5. Valongo



tos e políticas ao nível da formação escolar, oportunidades de emprego, intercâmbios, promoção de trocas de informação e actividade de voluntariado.

Mirandela celebra Abril

Na cidade transmontana de Mirandela, o 25 de Abril de 1974 foi igualmente objecto de um jantar comemorativo do 34º aniversário da Revolução dos Cravos, organizado pela Comissão Política Concelhia e pela Juventude Socialista local, tendo a ocasião sido aproveitada para a apresentação da segunda edição do Boletim Informativo "Viver Mirandela" e para exibir o filme "Viver o 25 de Abril".

Depois de saudar todos os que trabalharam na organização deste encontro e na elaboração, quer do Boletim, quer no filme, a camarada Júlia Rodrigues, presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Mirandela, dirigindo-se às muitas centenas de militantes e simpatizantes socialistas, começou

por referir que a palavra liberdade, passou da "nossa vontade, para o nosso quotidiano".

Hoje, prosseguiu, nem sequer imaginamos não poder dizer, escrever e manifestar em público aquilo que pensamos "sobre a nossa terra, as nossas gentes, os nossos políticos e sobretudo sobre o nosso futuro".

Como sublinhou mais à frente Júlia Rodrigues, com 34 anos de democracia, "acreditamos que existem caminhos livres, que devemos ter alternativas, saber escolher e poder optar", lamentando que em Mirandela, neste momento, "haja um poder sem projecto, um poder saturado e viciado pelos anos de poder".

Por isso, disse, "temos a obrigação de criar um novo ciclo em Mirandela", para que os "nossos jovens e menos jovens" sintam de novo a política local, e para que "possamos servir as pessoas, para as conquistar e motivar a voltar a acreditar que é sempre possível fazer mais e melhor".

Portugal está no bom caminho

Seguindo o exemplo de outras concelhias, também os socialistas de Valongo, no distrito do Porto, reuniram-se num grande almoço para comemorem a data do 25 de Abril de 74.

O presidente da Comissão Política Concelhia de Valongo, Afonso Lobão, na sua intervenção, começou por defender que "há datas que vale a pena recordar", defendendo que o 25 de Abril "é uma delas".

Representou, defendeu Afonso Lobão, o fim da "ignomínia" e a devolução ao povo português "da sua liberdade e do direito a decidir do seu destino".

Trinta anos depois, continuou, Portugal "está diferente para melhor", porque muito se tem feito e muitos anseios e objectivos foram alcançados.

Como recordou, "temos uma Constituição Democrática, o direito a um Serviço Nacional de Saúde universal, uma escola pública para

todos e uma Segurança Social estável e segura".

Desde 1976, lembrou Afonso Lobão, data das primeiras eleições para os órgãos municipais, que o poder local democrático "foi o grande responsável pelo desenvolvimento, pela requalificação e pela modernização das nossas aldeias, freguesias e cidades".

Depois de criticar "a fracassada gestão da actual maioria de direita na Câmara Municipal", Afonso Lobão lembrou que Valongo precisa de políticos que "relancem o concelho e o coloquem no contexto da Área Metropolitana do Porto".

Loulé homenageia antigos socialistas

O 25 de Abril foi também pretexto para que os socialistas de Loulé, no Algarve, se tivessem reunido num jantar em Quarteira para homenagearem os primeiros militantes do PS da década de 70, da então secção de Loulé.

Foram mais de 100 os antigos

militantes socialistas homenageados que estiveram presentes neste jantar do 34º aniversário da Revolução dos Cravos, a que se juntaram muitos outros, novos e menos novos militantes que há mais de três décadas lutam pelas ideias e causas do PS.

Oradores como Hortense Morgado, coordenadora da Secção de Quarteira, João Carrapa, do secretariado da Concelhia e responsável pela organização, João Maria, primeiro secretário-coordenador do PS/Loulé, Hugo Nunes, presidente da Concelhia de Loulé, e Luís Filipe Madeira, advogado e ex-deputado do PS na Assembleia da República, salientaram nas suas intervenções, não só a importância e o alcance que o 25 de Abril de 74 representou e representa para Portugal e para os portugueses, como o trabalho pioneiro de grande significado político e social desenvolvido pelos primeiros militantes socialistas na década de 70 na defesa dos ideais e das causas do Partido Socialista na região algarvia. R.S.A.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

A ERA DA COLABORAÇÃO

A SOCIEDADE em que vivemos está em permanente mudança. Novas tecnologias combinadas com mais e melhor qualificação permitem novas oportunidades e novos modelos de organização económica e social.

Portugal é hoje reconhecido como um país que se posiciona na fronteira tecnológica. O Governo português foi este ano classificado pelo World Economic Fórum como o segundo melhor o mundo na forma como tem tirado partido da mudança tecnológica para conceber e implementar uma visão de futuro moderna, competitiva e sustentável.

Esta classificação, que resulta duma apreciação comparada de 127 países, tem uma enorme importância para melhorar a nossa imagem externa e reposicionar a nossa economia no quadro competitivo internacional.

“Temos que ser fortes e determinados no aproveitamento da oportunidade que a mudança tecnológica e o seu impacto nos oferecem”

Os novos tempos valorizam novas atitudes. Portugal é uma nação rede com laços consolidados de articulação, colaboração e cooperação à escala global. Temos que ser fortes e determinados no aproveitamento da oportunidade que a mudança tecnológica e o seu impacto nos oferecem.

Ao contrário do que acontece com a rede de relações externas que desenvolvemos ao longo da história, no nosso território os mecanismos de colaboração não estão ainda suficientemente embebidos. É por isso que as políticas públicas de incentivo às empresas, às instituições de investigação e desenvolvimento, às instituições públicas e privadas e aos diversos agentes da sociedade civil, aplicadas com base no QREN 2007/2013, têm como pressuposto fundamental as parcerias para a competitividade, para a qualificação e para a valorização do território, e a concretização de estratégias em rede geradoras de eficiência colectiva.

No meio dum contexto internacional de crise, Portugal, enquanto nação rede, tem uma janela de oportunidade. Tirar partido desta oportunidade implica continuar a aplicar políticas públicas focadas no reforço das parcerias e mobilizar a sociedade civil para uma nova atitude baseada na colaboração activa para a inovação económica e social. Não é uma tarefa fácil, mas é necessário cumpri-la com êxito para podermos triunfar na era da colaboração.



Foto: "Diário As Beiras"

PLENÁRIO EM COIMBRA SOBRE A REFORMA LABORAL

A reforma laboral “é uma das propostas mais importantes para a modernização de Portugal”, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, que acusou os partidos à sua esquerda de “sectarismo” e de pretenderem “condicionar os sindicatos”, no âmbito das negociações em sede de concertação social.

FALANDO num plenário de militantes em Coimbra, onde foi explicar os principais objectivos das propostas de revisão do Código de Trabalho, José Sócrates disse que o que o PCP e Bloco de Esquerda querem “é condicionar os sindicatos, é limitá-los na sua acção, é carimbar como não sérios aqueles sindicatos que se dispõem a negociar”.

Ao atribuir a estes dois partidos “uma manobra de condicionamento” das forças sindicais, o líder do PS lembrou a “luta de há muitos anos atrás contra a unicidade sindical”, em 1975.

E reiterou que “para estes dois partidos, o Partido Socialista é

o seu inimigo principal”, considerando estarmos perante “um comportamento lamentável, que revela um sectarismo, um facciosismo, um radicalismo de linguagem a que nós já não estávamos habituados”.

José Sócrates defendeu que a proposta do Governo de revisão do Código do Trabalho “está no coração do modelo social europeu, defende os trabalhadores, o emprego e a economia do nosso país”.

E acrescentou que “o mundo mudou muito rapidamente”, sendo necessário por isso que Portugal tenha “uma nova regulação laboral para responder

melhor aos desafios da economia global”.

Na sua intervenção no auditório do Instituto Português da Juventude de Coimbra, completamente lotado, o líder do PS classificou as medidas propostas pelo Governo no que respeita ao combate à precariedade, como “das mais ousadas e ambiciosas dos últimos 30 anos”, sublinhando que as mudanças visam uma legislação laboral “mais progressista e que encare os desafios da economia global”.

Ao intervir na sessão, o dirigente nacional do PS Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, explicou as principais linhas gerais da revisão do Código do Trabalho, sublinhando que ela se insere “nas opções estratégicas e no código genético do PS” e que visa conciliar competitividade e coesão social.

No início da reunião, foram também oradores os presidentes da Concelhia e da Federação do PS de Coimbra, Henrique Fernandes e Victor Baptista,

respectivamente.

Além do secretário-geral, vários dirigentes socialistas participaram no fim-de-semana em plenários distritais com militantes do partido para explicar em objectivos do Governo com a reforma das leis laborais, que tiveram como lema “A reforma laboral: um novo compromisso social”.

Assim, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, e o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina, participaram no sábado numa sessão com militantes socialistas, no Porto, o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lacão, esteve em Viana do Castelo, o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, esteve presente numa sessão em Évora e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, participou num plenário, na Guarda.

No domingo, Fernando Medina esteve presente num plenário de militantes, em Faro.

Fotografias cedidas pelo “Diário de Coimbra” e “Diário As Beiras”